

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

2014

NOTAS METODOLÓGICAS

**PESQUISA BÁSICA
E
PESQUISAS SUPLEMENTARES DE
ACESSO À INTERNET E À TELEVISÃO E
POSSE DE TELEFONE MÓVEL CELULAR PARA USO PESSOAL,
ACESSO AO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO
GOVERNO FEDERAL,
ACESSO A PROGRAMAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA,
MOBILIDADE SOCIO-OCUPACIONAL
E
EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

TEMAS E TÓPICOS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS PESQUISADOS NA PNAD

CONCEITUAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS INVESTIGADAS

Datas e períodos de referência

Períodos de captação

Domicílio

Unidade domiciliar

População residente

Situação do domicílio

Tipo de entrevista

Espécie do domicílio

Características dos domicílios particulares permanentes

Tipo do domicílio

Material das paredes

Material da cobertura

Cômodo

Dormitório

Condição de ocupação do domicílio

Aluguel mensal

Prestação mensal

Propriedade do terreno

Abastecimento de água

Banheiro ou sanitário

Uso do banheiro ou sanitário

Esgotamento sanitário

Destino do lixo

Forma de iluminação

Telefone

Fogão

Filtro de água

Rádio

Televisão

Tipo de televisão

Televisão por assinatura

Recepção de sinal digital de televisão aberta

Televisão com antena parabólica

Aparelho de *DVD*

Geladeira

Freezer

Máquina de lavar roupa

Microcomputador

Microcomputador com acesso à Internet

Tablet

Utilização da Internet no domicílio

Equipamento utilizado para acessar a Internet no domicílio

Tipo de conexão à Internet no domicílio

Carro

Motocicleta

Características de acesso ao cadastro único para programas sociais do governo federal

Programa Bolsa Família

Programa Minha Casa Minha Vida

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC

Tarifa Social de Energia Elétrica

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

Conhecimento no domicílio da existência do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

Conhecimento no domicílio dos principais programas sociais do governo federal

Tentativa de cadastramento para acesso a algum programa social do governo federal

Ocorrência de algum morador do domicílio já ter sido entrevistado para o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

Características gerais

Idade

Família

Condição na unidade domiciliar e na família

Cor ou raça

Mãe viva

Registro de nascimento

Principal motivo de morar com outra família

Intenção de mudar e constituir outro domicílio

Características de nupcialidade

Estado conjugal

Natureza da união conjugal

Estado civil

Informante

Características de migração

Naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação
Lugar de nascimento
Tempo de residência na Unidade da Federação
Lugar de residência há cinco anos da data de referência
Lugar de residência anterior
Tempo de residência no município
Informante

Características de educação

Alfabetização
Estudante
Frequência a escola ou creche
Rede de ensino
Área da rede pública de ensino
Duração do ensino fundamental
Anos de estudo

Características de acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal

Períodos de referência
Utilização da Internet
Utilização da Internet em algum local
Equipamento utilizado para acessar a internet
Telefone móvel celular para uso pessoal
Informante

Características de trabalho e rendimento

Trabalho
Procura de trabalho
Condição de ocupação
Pessoas ocupadas
Pessoas desocupadas
Pessoas ocupadas que procuraram trabalho
Condição de atividade
Pessoas economicamente ativas
Pessoas não economicamente ativas
Situação de ocupação
Pessoas não ocupadas
Empreendimento
Número de trabalhos
Trabalho principal da semana de referência
Trabalho secundário da semana de referência

Trabalho principal do período de referência de 365 dias
Trabalho principal do período de referência de menos de quatro anos
Ocupação
Classificação de ocupações
Atividade
Classificação de atividades
Posição na ocupação
Emprego temporário e permanente
Recebimento em área para produção
Parceria com o empregador
Contratador do empregado temporário
Área do empreendimento
Condição em relação ao empreendimento
Compromisso prévio de venda da produção principal do empreendimento
Venda da produção principal do empreendimento
Comprador da produção principal do empreendimento
Consumo de produção do empreendimento no domicílio
Financiamento de programa de crédito para a produção
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF
Financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF
Assistência técnica (para empreendimento de atividade da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura)
Prestador da assistência técnica (para empreendimento de atividade da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca ou piscicultura)
Recebimento de sementes ou insumos de programa de distribuição gratuita para a produção
Jornada diurna e noturna
Setor do emprego
Área do setor público
Exercício de serviço doméstico remunerado em mais de uma unidade domiciliar
Periodicidade do exercício do trabalho no serviço doméstico remunerado
Categoria do emprego
Forma de remuneração contratada
Recebimento em benefícios
Número de pessoas ocupadas no trabalho
Microempreendedor individual - MEI
Cadastramento no programa microempreendedor individual - MEI
Documento de Arrecadação Simplificada do MEI
Pagamento dos tributos por meio do DAS
Empréstimo de microcrédito em instituição financeira

Recebimento de assistência técnica (exceto para empreendimento de atividade da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca ou piscicultura)

Prestador da assistência técnica (exceto para empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura)

Registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ

Local de estabelecimento do trabalho

Domicílio e estabelecimento do trabalho localizados no mesmo terreno ou área

Tempo de locomoção para o trabalho

Horas habitualmente trabalhadas por semana

Contribuição para instituto de previdência

Tempo de permanência no trabalho

Recebimento do seguro-desemprego

Associação a sindicato

Tipo de sindicato

Idade ao ingressar no primeiro trabalho

Providência para conseguir trabalho

Contribuição para a previdência privada

Afazeres domésticos

Horas habitualmente dedicadas por semana aos afazeres domésticos

Aposentado

Pensionista

Salário mínimo

Rendimento mensal de trabalho

Rendimento mensal de outras fontes

Rendimento mensal

Rendimento mensal familiar

Rendimento mensal familiar *per capita*

Rendimento mensal domiciliar

Rendimento mensal domiciliar *per capita*

Informante

Características de fecundidade feminina

Filho nascido vivo

Filho nascido morto

Informante

Características de mobilidade sócio-ocupacional

Lugar de residência quando a pessoa tinha 15 anos de idade

Residência no município da capital do estado

Situação do domicílio de residência quando a pessoa tinha 15 anos de idade

Primeiro trabalho

Características do primeiro trabalho

Pai

Mãe

Condição de residência com o pai e com a mãe e características de educação e trabalho do pai e da mãe quando a pessoa tinha 15 anos de idade

Condição de residência com o pai (a mãe) quando a pessoa tinha 15 anos de idade

Condição de alfabetização do pai (da mãe) quando a pessoa tinha 15 anos de idade

Curso de nível mais elevado que o pai (a mãe) já havia frequentado quando a pessoa tinha 15 anos de idade

Nível de instrução do pai (da mãe) quando a pessoa tinha 15 anos de idade

Pai ocupado (mãe ocupada) quando a pessoa tinha 15 anos de idade

Trabalho principal do pai (da mãe) quando a pessoa tinha 15 anos de idade

Características do trabalho do pai (da mãe) quando a pessoa tinha 15 anos de idade

Características de educação e qualificação profissional

Educação profissional e tecnológica

Curso superior de tecnologia

Curso técnico de nível médio

Curso de qualificação profissional (formação inicial e continuada)

Educação a distância - EAD

Frequência a curso superior de tecnologia

Classificação do curso superior de tecnologia que frequentava

Modalidade do curso superior de tecnologia que a pessoa frequentava

Turno do curso superior de tecnologia que a pessoa frequentava

Rede de ensino do curso superior de tecnologia que a pessoa frequentava

Responsável pelo pagamento do curso superior de tecnologia que a pessoa frequentava

Existência de alguma dificuldade para frequentar o curso superior de tecnologia

Dificuldade para frequentar o curso superior de tecnologia

Frequência anteriormente a curso superior de tecnologia

Classificação do curso superior de tecnologia frequentado anteriormente

Modalidade do curso superior de tecnologia frequentado anteriormente

Turno do curso superior de tecnologia frequentado anteriormente

Rede de ensino do curso superior de tecnologia frequentado anteriormente

Responsável pelo pagamento do curso superior de tecnologia

frequentado anteriormente

Conclusão do curso superior de tecnologia frequentado anteriormente

Motivo de não ter concluído o curso superior de tecnologia frequentado anteriormente

Exercício de trabalho na área do curso superior de tecnologia concluído

Motivo de ter conseguido trabalho na área do curso superior de tecnologia concluído

Motivo de nunca ter trabalho na área do curso superior de tecnologia concluído

Frequência a curso técnico de nível médio

Classificação do curso técnico de nível médio que frequentava

Modalidade do curso técnico de nível médio que frequentava

Turno do curso técnico de nível médio que frequentava

Sistema S

Rede de ensino e tipo de instituição do curso técnico de nível médio que frequentava

Responsável pelo pagamento do curso técnico de nível médio que frequentava

Vinculação ao PRONATEC do curso técnico de nível médio que frequentava

Forma do ensino técnico que frequentava

Existência de alguma dificuldade para frequentar o curso técnico de nível médio

Dificuldade para frequentar o curso técnico de nível médio

Frequência anteriormente a curso técnico de nível médio ou equivalente

Classificação do curso técnico de nível médio ou equivalente frequentado anteriormente

Modalidade do curso técnico de nível médio ou equivalente frequentado anteriormente

Turno do curso técnico de nível médio ou equivalente frequentado anteriormente

Rede de ensino e tipo de instituição do curso técnico de nível médio ou equivalente frequentado anteriormente

Responsável pelo pagamento do curso técnico de nível médio ou equivalente frequentado anteriormente

Ano de início do curso técnico de nível médio ou equivalente frequentado anteriormente

Vinculação ao PRONATEC do curso técnico de nível médio frequentado anteriormente

Forma do ensino técnico de nível médio que frequentado anteriormente

Conclusão do curso técnico de nível médio ou equivalente frequentado anteriormente

Motivo de não ter concluído o curso técnico de nível médio ou equivalente frequentado anteriormente

Exercício de trabalho na área do curso de técnico de nível médio ou equivalente concluído

Motivo de ter conseguido trabalho na área do curso de técnico de nível médio ou equivalente concluído

Encaminhamento oferecido pela instituição de ensino para conseguir trabalho na área do curso de técnico de nível médio ou equivalente concluído

Motivo de nunca ter trabalho na área do curso de técnico de nível médio ou equivalente concluído

Frequência a curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada)

Classificação do curso qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que frequentava

Modalidade do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que frequentava

Turno do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que frequentava

Rede de ensino e tipo de instituição do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que frequentava

Responsável pelo pagamento do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que frequentava

Tempo de duração do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que frequentava

Vinculação ao PRONATEC do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que frequentava

Meio utilizado para inscrição no PRONATEC para o curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que frequentava

Existência de alguma dificuldade para frequentar o curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada)

Dificuldade para frequentar o curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada)

Frequência anteriormente a curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada)

Ano de início do curso qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) frequentado anteriormente

Classificação do curso qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) frequentado anteriormente

Modalidade do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) frequentado anteriormente

Turno do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) frequentado anteriormente

Rede de ensino e tipo de instituição do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) frequentado anteriormente

Responsável pelo pagamento do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) frequentado anteriormente

Vinculação ao PRONATEC do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) frequentado anteriormente
Meio utilizado para inscrição no PRONATEC para o curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) frequentado anteriormente
Conclusão do curso qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) frequentado anteriormente
Motivo de não ter concluído o curso qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) frequentado anteriormente
Exercício de trabalho na área do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) concluído
Motivo de ter conseguido trabalho na área do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) concluído
Encaminhamento oferecido pela instituição de ensino para conseguir trabalho na área do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) concluído
Motivo de nunca ter trabalho na área do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) concluído
Avaliação da utilidade do curso para a vida profissional ou pessoal
Motivo de considerar o curso útil para a vida profissional ou pessoal
Interesse em fazer algum curso qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) ainda não feito
Motivo de ainda não ter feito o curso qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) desejado

PLANO DE AMOSTRAGEM

Processo de seleção da amostra
Cadastro de unidades domiciliares
Processo de expansão da amostra
Precisão das estimativas

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Na década de 1970, os principais temas investigados na PNAD, além de aspectos gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, foram migração e fecundidade. Em 1974-1975, foi levada a efeito uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, que, além dos temas anteriores, investigou consumo alimentar e orçamentos familiares. Durante a realização do ENDEF o levantamento básico da PNAD foi interrompido.

As pesquisas realizadas na década de 1980 mantiveram inalteradas as características do levantamento básico, visando, com isso, a gerar uma série histórica de resultados. Ademais, a pesquisa básica incorporou a investigação da cor das pessoas, a partir de 1987, e da existência de rádio e televisão nos domicílios particulares permanentes, a partir de 1988. Por meio de pesquisas suplementares foram investigados os

seguintes temas: saúde em 1981; educação em 1982; mão de obra e previdência em 1983; fecundidade feminina em 1984; situação do menor em 1985; anticoncepção, acesso a serviços de saúde, suplementação alimentar e associativismo em 1986; participação político-social e estoque de aparelhos utilizadores de energia em 1988; e trabalho em 1989 e 1990.

Na década de 1990, a pesquisa da PNAD 1992, além de aspectos gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, agregou os temas suplementares migração, fecundidade e nupcialidade e os tópicos suplementares trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade e ensino supletivo. Essa mesma abrangência foi mantida em 1993 e 1995, sendo que o tema educação, que era pesquisado para as pessoas de 5 anos ou mais de idade, a partir de 1995 passou a abranger todas as pessoas, com a introdução da investigação da frequência a creche junto com a do pré-escolar.

Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD.

Em 1996, foi incluído o tema suplementar mobilidade social e retirados dois tópicos (trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade e ensino supletivo) e um tema (nupcialidade) suplementares da pesquisa. Em 1997, além dos tópicos e do tema excluídos em 1996, foi retirado o tema mobilidade social. Em 1998, além do que foi pesquisado em 1997, foram incluídos o tema suplementar saúde e o tópico suplementar trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade. Em 1999, foi excluído o tema saúde e mantidos os demais aspectos pesquisados em 1998.

Na década de 2000, além de aspectos gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, em todas as pesquisas também foram mantidos os temas suplementares migração e fecundidade, como na década de 1990.

Em 2001, as modificações em relação aos aspectos pesquisados em 1999, foram: ampliado o conteúdo do tema domicílio, introduzida a investigação da rede de ensino e captada a frequência a creche e ao pré-escolar em separado no tema educação, agregação da investigação do número de horas dedicadas aos afazeres domésticos para as pessoas que

exerciam esses afazeres no tema trabalho e rendimento, reduzido de 15 anos para 10 anos o limite mínimo de idade para a investigação do tema fecundidade e retirado o tópico trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade, uma vez que foi realizada a pesquisa suplementar sobre trabalho infantil, abrangendo o contingente de 5 a 17 anos de idade. Para cobrir os aspectos objetivados nessa pesquisa, o limite mínimo de idade para investigação do tema trabalho passou de 10 anos para 5 anos, foram incluídos tópicos de saúde e segurança no trabalho e complementar de educação para o contingente de 5 a 17 anos de idade, e agregada a investigação de alguns aspectos nos temas migração e fecundidade.

Em 2002, as modificações em relação aos aspectos pesquisados em 2001 foram: a introdução de novas características no tema domicílio, a elevação do limite mínimo de idade de 5 anos para 10 anos para a investigação do tema trabalho e rendimento, a inclusão do tópico suplementar trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade e a retirada dos dois tópicos (saúde e segurança no trabalho e complementar de educação) e dos aspectos agregados aos temas migração e fecundidade em função da pesquisa suplementar sobre o trabalho infantil.

Em 2003, além do que foi pesquisado em 2002, foram investigados o tema suplementar saúde e, para o contingente de 5 a 17 anos de idade, o tópico suplementar participação em programas sociais voltados para a educação.

Em 2004, as modificações em relação ao que foi pesquisado em 2003 foram: a exclusão de três das quatro características de domicílios introduzidas em 2002, a retirada do tema saúde e do tópico participação em programas sociais voltados para educação e a inclusão do tópico suplementar sobre aspectos complementares de educação, para o contingente de menos de 18 anos de idade, e dos temas suplementares segurança alimentar e acesso a algumas transferências de renda de programas sociais.

Em 2005, as alterações em relação ao levantamento do ano anterior foram: a introdução da investigação suplementar sobre a posse de telefone móvel celular para uso pessoal, a inclusão do tema suplementar acesso à Internet e a exclusão do tópico aspectos complementares de educação e dos temas segurança alimentar e acesso a algumas

transferências de renda de programas sociais.

Em 2006, as modificações em relação ao levantamento de 2005 foram: a exclusão da investigação sobre posse de telefone móvel celular para uso pessoal e do tema acesso à Internet, a agregação da investigação sobre exercício de afazeres domésticos e número de horas semanais dedicadas a esses afazeres no tópico suplementar sobre trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade, e a inclusão do tópico suplementar aspectos complementares de educação, para o contingente de menos de 18 anos de idade, e dos temas suplementares trabalho infantil e acesso a algumas transferências de renda de programas sociais. Para cobrir os aspectos objetivados na pesquisa suplementar sobre trabalho infantil, além do tópico sobre trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade, foi incluído tópico complementar sobre trabalho para o contingente de 5 a 17 anos de idade.

Em 2007, as modificações em relação à pesquisa de 2006 foram: a exclusão do tema acesso a algumas transferências de renda de programas sociais e dos tópicos aspectos complementares de educação e complementar de trabalho, e a inclusão dos tópicos suplementares educação profissional, para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, aspectos complementares da educação de jovens e adultos, para as pessoas de 15 anos ou mais de idade, e motivo de viver com outra família e intenção de mudar de domicílio, para as pessoas de referência das famílias conviventes secundárias.

Em 2008, as alterações em relação à pesquisa de 2007 foram a exclusão dos tópicos suplementares educação profissional e aspectos complementares da educação de jovens e adultos, a agregação de duas novas características no tema domicílio, a inclusão dos temas suplementares saúde, acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal e a realização da pesquisa especial de tabagismo.

Em 2009, as modificações em relação à pesquisa de 2008 foram: a exclusão dos temas tabagismo e saúde; a manutenção da investigação sobre posse de telefone móvel celular para uso pessoal e a redução das características do tópico acesso à Internet somente à captação da utilização desta rede; a agregação das investigações sobre estado civil, entre as características gerais, a área da rede pública de ensino, no tema educação, e o registro no Cadastro Geral da Pessoa Jurídica - CNPJ do

empreendimento dos conta própria e empregadores, no tema trabalho; e a inclusão dos temas suplementares segurança alimentar, vitimização e justiça.

Em 2011, as modificações em relação à pesquisa de 2009 foram: a exclusão dos temas suplementares segurança alimentar, vitimização e justiça; a manutenção da investigação sobre acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal; e a agregação da investigação de nupcialidade.

Em 2012, a única modificação em relação à pesquisa de 2011 foi a inclusão de mais um aspecto na investigação sobre acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal.

Em 2013, as alterações em relação à pesquisa de 2012 foram: inclusão do tema suplementar segurança alimentar; manutenção da investigação sobre posse de telefone celular para uso pessoal; ampliação do tópico sobre acesso à Internet; e introdução de aspectos sobre acesso à televisão e captação da existência de *tablet* no domicílio.

Em 2014, as modificações em relação à pesquisa de 2013 foram: exclusão do tema suplementar segurança alimentar; manutenção das investigações sobre posse de telefone celular para uso pessoal, acesso à Internet e à televisão, e existência de *tablet* no domicílio; e inclusão do tema suplementar mobilidade sócio-ocupacional e dos tópicos educação e qualificação profissional, acesso ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e acesso a programas de inclusão produtiva.

Para acompanhar a implantação da mudança da duração do ensino fundamental regular de 8 para 9 anos, com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade, estabelecida na Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, foram feitos ajustes na investigação da parte de educação a partir da PNAD 2007. A implantação dessa mudança desenvolveu-se gradualmente, uma vez que, de acordo com a Lei, os Municípios, Estados e o Distrito Federal teriam prazo até 2010 para implementá-la.

A partir da PNAD 2005 foi introduzida, em caráter de estudo e avaliação, a investigação sobre a existência de registro de nascimento. A análise exploratória dos resultados de 2005 já indicou que a PNAD não é o veículo adequado para o levantamento dessa característica, uma vez que a

sua amostra não foi estruturada para captar pequenas populações ou aspectos concentrados em determinadas áreas, como é o caso do sub-registro de nascimento. As maiores taxas de sub-registro provavelmente estão em áreas bem delimitadas, sobretudo nos Estados de Amazonas, Roraima, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Paraíba, que podem não estar suficientemente representadas na amostra da PNAD, conforme estudo desenvolvido por Oliveira e Simões¹ sobre problemas relacionados à não universalidade da cobertura dos eventos vitais no País, considerando o Sistema de Registro Civil, do IBGE, o Sistema de Nascidos Vivos – SINASC e o Sistema de Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde. Dos 5506 municípios brasileiros existentes em 2000, 419 não possuíam sequer um Cartório do Registro Civil, havendo ainda casos de municípios onde a jurisdição dos Cartórios existentes abrange uma vasta área geográfica, o que dificulta o acesso de parte da sua população a este serviço.

A partir da PNAD 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente. O instrumento de coleta das informações da pesquisa foi estruturado de forma que possibilita, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados harmonizados conceitualmente com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992. Na classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação, adotada a partir da PNAD de 1992, definiram-se duas categorias novas, decorrentes da ampliação do conceito de trabalho, e uma categoria específica, que recebeu a denominação de “trabalhadores domésticos”, para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado.

A partir da PNAD 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar passaram a ser adotadas para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD (ver “classificação de ocupações” e “classificação de atividades” em Conceituação das Características Investigadas).

¹ Oliveira, Antonio Tadeu e Simões C – Perfil dos municípios com informações precárias sobre eventos vitais. IBGE: Rio de Janeiro 2005 (versão preliminar).

A partir da PNAD 2007 foi introduzido o uso do coletor eletrônico (*Personal Digital Assistant - PDA*) para a realização das operações de coleta, possibilitando aprimorar o sistema operacional da pesquisa. Também na PNAD 2007, foi utilizado o sistema *DIA - Detección e Imputación Automática de errores para datos cualitativos*, que é um aplicativo computacional, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estadística - INE da Espanha, que tem o objetivo de facilitar a depuração de censos e grandes pesquisas estatísticas. Nesse primeiro ano de utilização do aplicativo, foram executadas todas as etapas de crítica habitualmente aplicadas aos dados do questionário básico da PNAD e, em seguida, num processo de validação simultânea dos dados coletados e do novo procedimento, foram processadas a crítica e a imputação de dados categóricos a partir do DIA. A partir da PNAD 2008, utilizou-se somente o *Canadian Census Edit and Imputation System - CANCEIS*, já incluindo os procedimentos de crítica habitualmente aplicados aos dados dos questionários.

A abrangência geográfica da PNAD, prevista desde o seu início para ser nacional, foi alcançada gradativamente. Iniciada em 1967 na área que hoje compreende o Estado do Rio de Janeiro, ao final da década de 1960 a PNAD já abrangia as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e o Distrito Federal. Reiniciada em 1971 nas áreas que abrangem o atual Estado do Rio de Janeiro, o Estado de São Paulo e a Região Sul, em 1973 já cobria as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o Distrito Federal e a área urbana da Região Norte e das demais Unidades da Federação da Região Centro-Oeste. Essa cobertura foi mantida até 1979. Em 1981, a abrangência geográfica da PNAD foi mais uma vez ampliada, passando a excluir somente a área rural da antiga Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Essa abrangência geográfica foi mantida para as pesquisas da década de 1990 e para as de 2001, 2002 e 2003, ou seja, a PNAD continuou a cobrir todo o País, com exceção da área rural dessas seis Unidades da Federação. Em 2004, a PNAD foi implantada na área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá e alcançou a cobertura completa do Território Nacional.

Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e do Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, essas

alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD 1992. Consequentemente, para os levantamentos da PNAD, realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada às da Região Centro-Oeste.

No período de 1992 a 2003, as estatísticas apresentadas para o Brasil nas publicações da PNAD foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Entretanto, visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos para as publicações da PNAD, as estatísticas apresentadas de 1992 a 2003 para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando as informações da área rural do Estado do Tocantins, única Unidade da Federação dessa Grande Região em que o levantamento não se restringiu às áreas urbanas nesse período. Unicamente para compor os resultados da Região Norte urbana apresentados nas publicações da PNAD 1992 a 2003, deu-se um tratamento específico para a expansão da parcela referente à área urbana do Estado do Tocantins. A variável independente adotada na construção do estimador utilizado para a expansão da amostra dessa parcela foi a projeção de população urbana do Estado do Tocantins. Todavia, os resultados referentes ao Estado do Tocantins que estão nas publicações da PNAD foram obtidos pelos mesmos critérios adotados para as Unidades da Federação das demais Grandes Regiões (ver o tópico *“processo de expansão da amostra” em Plano de Amostragem*).

De 2004 a 2009, o estimador para a expansão da amostra de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá utilizou a projeção da população residente segundo a situação do domicílio (urbana e rural). Portanto, o procedimento adotado para expandir a amostra da área urbana dessas seis Unidades da Federação foi o mesmo das pesquisas anteriores. Assim, é possível gerar resultados, de 2004 em diante, recompondo a mesma cobertura geográfica existente anteriormente para o Brasil, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Para isso, é suficiente excluir, na programação, a área rural dessas seis Unidades da Federação. Entretanto, as informações relativas ao Estado do Tocantins foram estruturadas para serem expandidas da mesma forma adotada para as Unidades da Federação das demais Grandes Regiões. A partir da PNAD

2011, as amostras de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá foram expandidas seguindo o mesmo procedimento adotado para as demais Unidades da Federação.

A comparação dos resultados da PNAD desta década com os das anteriores deve levar em conta que a classificação das áreas urbanas e rurais é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos. Portanto, ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 2000 foi mantida para as pesquisas da PNAD realizadas de 2001 a 2009 e, também, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2010 permanecerá para as pesquisas desta década. Consequentemente, as estatísticas por situação urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio.

Mais informações sobre a metodologia da PNAD podem ser obtidas na Coordenação de Trabalho e Rendimento da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

TEMAS E TÓPICOS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS PESQUISADOS NA PNAD

DÉCADAS DE 1960 E 1970

1969 - migração interna.

1970 - migração interna.

1972 - rendimento familiar (pesquisa especial); e fecundidade.

1973 - migração; fecundidade; e mão-de-obra.

1974/1975 - Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF (pesquisa especial sobre consumo alimentar e orçamento familiar).

1976 - mobilidade social e cor das pessoas (pesquisa especial realizada por meio de uma subamostra); migração; e fecundidade.

1977 - habitação (pesquisa suplementar restrita ao Distrito Federal e às Regiões Metropolitanas de Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre); migração; e fecundidade.

1978 - fecundidade; e mortalidade.

1979 - consumo de energia.

DÉCADA DE 1980

1981 - saúde.

1982 - educação.

1983 - mão-de-obra e previdência.

1984 - fecundidade.

1985 - situação do menor (pesquisa suplementar restrita ao Distrito Federal e às nove Regiões Metropolitanas existentes à época: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre).

1986 - anticoncepção (pesquisa especial realizada por meio de uma subamostra e restrita às mulheres de 15 a 54 anos de idade); acesso a serviços de saúde; suplementação alimentar; e associativismo.

1988 - participação político-social; e estoque de aparelhos utilizadores de energia.

A pesquisa suplementar sobre participação político-social abrangeu os seguintes tópicos: justiça e vitimização; educação; meios de transporte; cadastro e associativismo; serviços domiciliares; mobilidade social; serviços de saúde; migração; religião; e meios de comunicação.

1989 - trabalho.

1990 - trabalho.

DÉCADA DE 1990

Os temas suplementares migração e fecundidade foram mantidos durante todo o período.

1992 - migração; fecundidade; ensino supletivo; nupcialidade; e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

1993 - migração; fecundidade; ensino supletivo; nupcialidade; e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

1995 - migração; fecundidade; ensino supletivo; nupcialidade; e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

1996 - migração; fecundidade; e mobilidade social.

1998 - migração; fecundidade; saúde e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

1999 - migração; fecundidade; trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

DÉCADAS DE 2000 E 2010

Os temas suplementares migração e fecundidade foram mantidos durante todo o período.

2001 - migração; fecundidade; trabalho infantil.

2002 - migração; fecundidade; trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

2003 - migração; fecundidade; saúde, participação em programas voltados para educação; e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

2004 - migração; fecundidade; aspectos complementares de educação; acesso a transferências de renda de programas sociais; segurança alimentar; e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

2005 - migração; fecundidade; acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal; e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

2006 - migração; fecundidade; aspectos complementares de educação; acesso a transferências de renda de programas sociais; e trabalho infantil.

2007 - migração; fecundidade; aspectos complementares da educação de jovens e adultos; educação profissional; e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

2008 - migração; fecundidade; tabagismo (pesquisa especial realizada por meio de uma subamostra e restrita a um único morador de 15 anos ou mais de idade selecionado em cada unidade domiciliar dessa subamostra); saúde; acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal; e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

2009 - migração; fecundidade; acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal; segurança alimentar; vitimização e justiça; e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

2011 - migração; fecundidade; acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal; nupcialidade; e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

2012 - migração; fecundidade; acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal; nupcialidade; e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

2013 - migração; fecundidade; acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal; segurança alimentar; nupcialidade; e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

2014 - migração; fecundidade; acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal; nupcialidade; mobilidade sócio-ocupacional; acesso ao Cadastro Único para Programas Sociais do

Governo Federal; educação e qualificação profissional; acesso a programas de inclusão produtiva; e trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade.

CONCEITUAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS INVESTIGADAS

A pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

As características gerais, de migração e de educação foram pesquisadas para todas as pessoas. O levantamento das características de trabalho e rendimento foi feito de forma mais abrangente para as pessoas de 10 anos ou mais de idade e de forma mais restrita para as crianças de 5 a 9 anos de idade. A investigação das características de fecundidade abrangeu as mulheres de 10 anos ou mais de idade.

A investigação das características de nupcialidade, utilização da Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal foi feita para as pessoas de 10 anos ou mais de idade. O levantamento do motivo de morar com outra família e intenção de mudar de domicílio foi pesquisado para as pessoas, de 16 anos ou mais de idade, que eram pessoas de referência das famílias secundárias residentes nas unidades domiciliares.

As características de acesso ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo foram pesquisadas em todas as unidades domiciliares.

A investigação das características de programas de inclusão produtiva foi pesquisada para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria ou empregadoras sem empregados permanentes ou com até cinco empregados permanentes, em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, e para as que eram conta própria ou empregadoras com até cinco empregados, exceto em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, no trabalho principal.

As características de mobilidade sócio-ocupacional foram investigadas para uma pessoa, de 16 anos ou mais de idade, selecionada em cada unidade domiciliar.

O levantamento de educação e qualificação profissional abrangeu as pessoas de 15 anos ou mais de idade.

Apresentam-se a seguir conceitos, definições, datas e períodos de referência e de captação utilizados na classificação das características que foram objeto da pesquisa.

DATAS E PERÍODOS DE REFERÊNCIA

Data de referência - Foi o dia 27 de setembro de 2014.

Data há cinco anos da data de referência - Foi o dia 27 de setembro de 2009.

Semana de referência - Foi a semana de 21 a 27 de setembro de 2014.

Mês de referência - Foi setembro de 2014.

Período de referência de 30 dias - Foi o período de 29 de agosto a 27 de setembro de 2014.

Período de referência de 60 dias - Foi o período de 30 de julho a 27 de setembro de 2014.

Período de referência de 365 dias - Foi o período de 28 de setembro de 2013 a 27 de setembro de 2014.

Período de referência de menos de quatro anos - Foi o período de 28 de setembro de 2009 a 27 de setembro de 2013.

Período de referência de 12 meses - Foi o período de 1º de outubro de 2013 a 27 de setembro de 2014.

Período de referência de 3 anos - Foi o período de 28 de setembro de 2011 a 27 de setembro de 2014.

PERÍODOS DE CAPTAÇÃO

Os períodos de captação são intervalos de tempo utilizados na investigação de informações que devem ser consideradas para compor os resultados relativos a determinados períodos de referência.

Período de captação de 23 dias - Foi o período de 29 de agosto a 20 de setembro de 2014. A agregação da semana de referência com o período de captação de 23 dias forma o período de referência de 30 dias, considerado para as pessoas que procuravam trabalho.

Período de captação de 30 dias - Foi o período de 30 de julho a 28 de agosto de 2014. A agregação da semana de referência com os períodos de captação de 23 dias e 30 dias forma o período de referência de 60 dias, considerado para as pessoas que procuravam trabalho.

Período de captação de 305 dias - Foi o período de 28 de setembro de 2013 a 29 de julho 2014. A agregação da semana de referência com os períodos de captação de 23 dias, 30 dias e 305 dias forma o período de referência de 365 dias, considerado para as pessoas que procuravam trabalho.

Período de captação de 358 dias - Foi o período de 28 de setembro de 2013 a 20 de setembro de 2014. A agregação da semana de referência com o período de captação de 358 dias forma o período de referência de 365 dias considerado para as pessoas ocupadas.

DOMICÍLIO

Conceituou-se como domicílio o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos.

A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia.

A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

Classificaram-se os domicílios como **particulares** quando destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento fosse ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência.

Como **coletivos** foram classificados os domicílios destinados à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalecesse o cumprimento de normas administrativas.

São exemplos de domicílios coletivos os estabelecimentos destinados a prestar serviços de hospedagem (hotéis, pensões e similares), instituições que possuem locais de residência para pessoas institucionalizadas (orfanatos, asilos, casas de detenção, quartéis, hospitais etc.) e, também, alojamento de trabalhadores em canteiros de obras.

UNIDADE DOMICILIAR

A unidade domiciliar é o domicílio particular ou uma unidade de habitação (quarto, apartamento etc.) em domicílio coletivo.

POPULAÇÃO RESIDENTE

A população residente foi composta pelos moradores presentes e ausentes, ou seja, pelas pessoas que tinham a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estavam presentes ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

Excluíram-se da pesquisa as pessoas residentes em embaixadas, consulados e legações e, também, as pessoas institucionalizadas residentes em domicílios coletivos de estabelecimentos institucionais, tais como: os militares em caserna ou dependências de instalações militares; os presos em penitenciárias; os internos em escolas, orfanatos, asilos, hospitais etc.; e os religiosos em conventos, mosteiros etc.

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico 2010. Como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural.

TIPO DE ENTREVISTA

O tipo de entrevista identifica se a unidade domiciliar selecionada foi entrevistada, ou não, e a situação nela encontrada. As unidades domiciliares selecionadas foram classificadas, quanto ao tipo de entrevista, em:

Tipo A - unidade ocupada - Compreendeu as unidades domiciliares que tinham moradores:

Realizada - Quando a pesquisa foi realizada na unidade domiciliar;

Fechada - Quando a pesquisa não foi realizada na unidade domiciliar porque os moradores estavam temporariamente ausentes por motivo de férias, viagem etc., durante todo o período de entrevistas;

Recusa - Quando os moradores se recusaram a prestar as informações; ou

Outra - Quando a unidade ocupada não foi pesquisada por motivo que não se enquadrava nas duas condições anteriores.

Tipo B - unidade vaga - Compreendeu as unidades domiciliares em que a pesquisa não foi realizada por estarem vagas ou ocupadas por pessoas não abrangidas pela pesquisa:

Em condições de ser habitada - Quando a unidade domiciliar estava em condições de ser habitada, mas se encontrava vaga ou ocupada por pessoas não abrangidas pela pesquisa (por exemplo, unidade de habitação em domicílio coletivo ocupada exclusivamente por pessoas não moradoras);

Uso ocasional - Quando a unidade domiciliar era utilizada para descanso de fim de semana, férias ou outros fins por pessoas, presentes ou não, que eram moradoras em outra residência;

Em construção ou reforma - Quando a unidade domiciliar não estava ocupada por estar em construção ou reforma; ou

Em ruínas - Quando a unidade domiciliar não estava ocupada por estar em ruínas.

Tipo C - unidade inexistente - Compreendeu as unidades domiciliares em que não houve pesquisa porque não mais existiam como local de habitação ou porque se encontravam fora dos limites da área de listagem.

Demolida - Quando a unidade domiciliar já havia sido demolida ou se encontrava em fase de demolição;

Não foi encontrada - Quando a unidade domiciliar havia mudado de lugar (como pode ocorrer com tendas, barracas, reboques etc.) ou não foi encontrada por qualquer outro motivo;

Não residencial - Quando a unidade domiciliar estava sendo utilizada exclusivamente para fins não residenciais; ou

Fora do setor - Quando, por uma falha, a unidade domiciliar foi listada como pertencente à área (o que tornou possível a sua seleção), embora estivesse situada fora dos seus limites.

ESPÉCIE DO DOMICÍLIO

Os domicílios particulares foram classificados, segundo a espécie, da seguinte forma:

Permanente - Para o domicílio localizado em casa, apartamento ou cômodo e destinado à moradia; ou

Improvisado - Para o domicílio localizado em unidade que não tivesse dependência destinada exclusivamente à moradia, tal como: loja, sala comercial etc. Assim também foi considerado o prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc., que estivesse servindo de moradia.

CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES

TIPO DO DOMICÍLIO

Os domicílios particulares permanentes foram classificados, quanto ao tipo, em:

Casa - Para o domicílio que: ocupasse totalmente um prédio, de um ou mais pavimentos, ou dois ou mais prédios, de um ou mais pavimentos, localizados no mesmo terreno; ou ocupasse parte de um prédio, de um pavimento, que não tivesse espaços comuns (tais como: vestíbulo, escada, corredor, portaria e outras dependências) para servir aos domicílios particulares permanentes ali existentes. Assim também foi considerado o domicílio situado em prédio de, no máximo, três pavimentos em que as demais unidades existentes não fossem domicílios particulares permanentes;

Apartamento - Para o domicílio situado em prédio de: um ou mais pavimentos, com mais de um domicílio particular permanente, servidos por espaços comuns (vestíbulo, escada, corredor, portaria e outras dependências); dois ou mais pavimentos, com mais de um domicílio particular permanente, e com entradas independentes para os andares; ou mais de três pavimentos, em que as demais unidades fossem não residenciais; ou

Cômodo - Para o domicílio que ocupasse um ou mais cômodos de uma casa de cômodos, cortiço, cabeça de porco etc.

MATERIAL DAS PAREDES

O material utilizado na construção das paredes externas do prédio em que se situava o domicílio particular permanente foi classificado como:

Durável:

Alvenaria - Quando as paredes externas do prédio fossem predominantemente de tijolo, adobe, pedra, concreto pré-moldado ou aparente, como, também, de taipa revestida ou recobertas de mármore, metal, vidro ou lambris; ou

Madeira aparelhada - Quando as paredes externas do prédio fossem predominantemente de madeira preparada para esta finalidade.

Não durável:

Taipa não revestida - Quando as paredes externas do prédio fossem predominantemente construídas de barro ou cal e areia com estacas e varas de madeira, tabique, estuque ou pau-a-pique;

Madeira aproveitada - Quando as paredes externas do prédio fossem predominantemente de madeira de embalagem, tapumes, andaimes etc.;

Palha - Quando as paredes externas do prédio fossem predominantemente de sapé, folha ou casca de vegetal; ou

Outro material - Quando as paredes externas do prédio fossem predominantemente de material não durável distinto dos anteriores.

MATERIAL DA COBERTURA

O material utilizado na construção da cobertura do domicílio particular permanente foi classificado como:

Durável:

Telha - Quando a cobertura do domicílio fosse predominantemente de telha de barro cozido, cimento-amianto, alumínio-madeira, plástico, acrílico ou similares;

Laje de concreto - Quando a cobertura do domicílio fosse predominantemente de laje de concreto fundido no local ou pré-fabricado;

Madeira aparelhada - Quando a cobertura do domicílio fosse

predominantemente de madeira preparada para esta finalidade; ou

Zinco - Quando a cobertura do domicílio fosse predominantemente de zinco, folha de flandres ou alumínio.

Não durável:

Madeira aproveitada - Quando a cobertura do domicílio fosse predominantemente de madeira de embalagens, tapumes, andaimes etc.;

Palha - Quando a cobertura do domicílio fosse predominantemente de sapé, folha ou casca de vegetal; ou

Outro material - Quando a cobertura do domicílio fosse predominantemente de material não durável distinto dos anteriores.

CÔMODO

Considerou-se como cômodo todo compartimento, coberto por um teto e limitado por paredes, que fosse parte integrante do domicílio particular permanente, com exceção de corredor, alpendre, varanda aberta, garagem, depósito e outros compartimentos utilizados para fins não residenciais.

DORMITÓRIO

Considerou-se como dormitório o cômodo que estivesse, em caráter permanente, sendo utilizado para esta finalidade por morador do domicílio particular permanente.

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO

Os domicílios particulares permanentes foram classificados, quanto à condição de ocupação, em:

Próprio - já pago - Para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que estivesse integralmente quitado, independentemente da condição de ocupação do terreno;

Próprio - ainda pagando - Para o domicílio de propriedade, total ou parcial, de morador e que não estivesse integralmente quitado, independentemente da condição de ocupação do terreno;

Alugado - Para o domicílio cujo aluguel fosse, totalmente ou

parcialmente, pago por morador;

Cedido por empregador - Para o domicílio cedido gratuitamente por empregador (particular ou público) de morador, ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação. Nesta condição, incluiu-se o domicílio cujo aluguel fosse integralmente pago, diretamente ou indiretamente, por empregador de morador;

Cedido de outra forma - Para o domicílio cedido gratuitamente por instituição ou pessoa não moradora (parente ou não), ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação. Nesta condição, incluiu-se o domicílio cujo aluguel fosse integralmente pago, diretamente ou indiretamente, por instituição ou pessoa não moradora; ou

Outra condição - Para o domicílio ocupado em condição diferente das anteriormente arroladas, como, por exemplo, no caso de invasão.

ALUGUEL MENSAL

Para os domicílios particulares permanentes alugados, investigou-se o valor do aluguel relativo ao mês de referência.

PRESTAÇÃO MENSAL

Para os domicílios particulares permanentes em aquisição, investigou-se o valor da prestação relativa ao mês de referência.

PROPRIEDADE DO TERRENO

Para os domicílios particulares permanentes próprios, já quitados ou em aquisição, foi investigado se estavam localizados em terreno de propriedade, total ou parcial, de morador, estando integralmente pago ou não.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Investigou-se a existência de água canalizada nos domicílios particulares permanentes e a sua proveniência.

Quanto à existência de água canalizada, os domicílios foram classificados em:

Com canalização interna - Para o domicílio que tivesse água

canalizada para, pelo menos, um cômodo; ou

Sem canalização interna - Para o domicílio que não tivesse água canalizada para nenhum cômodo.

A proveniência da água utilizada nos domicílios foi classificada em:

Rede geral - Quando o domicílio fosse servido por água proveniente de uma rede geral de distribuição, com canalização interna ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situava;

Poço ou nascente - Quando o domicílio fosse servido por água, com canalização interna, proveniente de poço ou nascente ou, sem canalização interna, proveniente de poço ou nascente localizado no terreno ou na propriedade em que se situava; ou

Outra proveniência - Quando o domicílio fosse servido por água proveniente de reservatório abastecido por carro-pipa, coleta de chuva ou outra procedência que não se enquadrasse nas anteriormente descritas.

BANHEIRO OU SANITÁRIO

Investigou-se a **existência** de banheiro ou sanitário, para uso dos moradores, no domicílio particular permanente ou no terreno ou na propriedade em que estava situado. Pesquisou-se, também, o **número** de banheiros ou sanitários de uso exclusivo dos moradores em domicílios particulares permanentes.

Considerou-se como **banheiro** o cômodo destinado a banho e que também dispusesse de vaso sanitário ou buraco para dejeções.

Considerou-se como **sanitário** o cômodo ou o local limitado por paredes de qualquer material, coberto, ou não, por um teto e que dispusesse de vaso sanitário ou buraco para dejeções.

USO DO BANHEIRO OU SANITÁRIO

O uso do banheiro ou sanitário do domicílio particular permanente foi classificado como:

Só do domicílio - Quando o banheiro ou sanitário era de uso exclusivo dos moradores do domicílio; ou

Comum a mais de um domicílio - Quando o banheiro ou sanitário era de uso comum dos moradores do domicílio e de pelo menos um outro

localizado no mesmo terreno ou propriedade.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O escoadouro do banheiro ou sanitário de uso dos moradores dos domicílios particulares permanentes foi classificado, quanto ao tipo, em:

Rede coletora de esgoto ou pluvial - Quando a canalização das águas servidas e dos dejetos estivesse ligada a um sistema de coleta que os conduzisse para um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada;

Fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial - Quando as águas servidas e os dejetos fossem esgotados para uma fossa, onde passavam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município;

Fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial - Quando as águas servidas e os dejetos fossem esgotados para uma fossa, onde passavam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno;

Fossa rudimentar - Quando os dejetos fossem esgotados para uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco etc.);

Vala - Quando os dejetos fossem esgotados diretamente para uma vala a céu aberto;

Direto para rio, lago ou mar - Quando os dejetos fossem esgotados diretamente para rio, lago ou mar; ou

Outra forma - Quando o escoadouro não se enquadrasse em quaisquer dos tipos descritos anteriormente.

DESTINO DO LIXO

O lixo proveniente dos domicílios particulares permanentes foi classificado de acordo com os seguintes destinos:

Coletado diretamente - Quando o lixo fosse coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atendia ao logradouro em que se situava o domicílio;

Coletado indiretamente - Quando o lixo fosse depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolhia;

Queimado ou enterrado na propriedade - Quando o lixo fosse queimado ou enterrado no terreno ou na propriedade em que se situava o domicílio;

Jogado em terreno baldio ou logradouro - Quando o lixo fosse jogado, queimado ou enterrado em terreno baldio ou logradouro;

Jogado em rio, lago ou mar - Quando o lixo fosse jogado nas águas ou nas margens de rio, lago ou mar; ou

Outro destino - Quando o lixo tivesse outro destino que não se enquadrasse nos anteriormente descritos.

FORMA DE ILUMINAÇÃO

A forma de iluminação utilizada no domicílio particular permanente foi classificada em:

Elétrica - Quando o domicílio tivesse iluminação elétrica proveniente de rede geral, gerador, conversor de energia solar etc.;

Óleo, querosene ou gás de botijão - Quando o domicílio fosse iluminado por lampião a óleo, querosene ou gás liquefeito de petróleo; ou

Outra forma - Quando a iluminação do domicílio não se enquadrasse nas formas descritas anteriormente ou inexistisse.

TELEFONE

Nos domicílios particulares permanentes, investigou-se a existência de linha telefônica fixa (**telefone fixo convencional**) instalada, mesmo que fosse partilhada com outra unidade, domiciliar ou não residencial, de ramal de uma central telefônica comunitária etc. Pesquisou-se, também, se algum morador do domicílio particular permanente tinha linha telefônica móvel (**telefone móvel celular**).

FOGÃO

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de fogão de duas ou mais bocas, ainda que fosse construído de alvenaria

ou portátil. Para os que não tivessem este tipo de fogão, investigou-se a existência de fogão de uma boca, ainda que fosse de alvenaria ou portátil.

Para os domicílios em que havia fogão foi pesquisado o **tipo de combustível** nele utilizado: gás de botijão (gás liquefeito de petróleo), gás canalizado, lenha (madeira, folha ou casca de vegetais), carvão (vegetal ou mineral), energia elétrica ou outro combustível.

FILTRO DE ÁGUA

Nos domicílios particulares permanentes, investigou-se a existência de filtro de água ou de aparelho para filtrar ou purificar a água.

RÁDIO

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de rádio, mesmo que fizesse parte de conjunto que acoplasse outros aparelhos, tais como: rádio-gravador, rádio toca-fitas etc. Incluíram-se, também, os aparelhos de mp3 e mp4 com rádio.

TELEVISÃO

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de televisão em cores e, para os que não tinham este tipo de aparelho, investigou-se a existência de televisão em preto e branco.

TIPO DE TELEVISÃO

Os aparelhos de televisão existentes nos domicílios particulares permanentes, quanto ao tipo, foram classificados em:

Tela fina - Quando o aparelho de televisão era de tela de cristal líquido (*Liquid Crystal Display - LCD*), cristal líquido com diodo emissor de luz (*Light Emitting Diode - LED*) ou plasma; ou

Tubo - Quando o aparelho de televisão era de tubo de raios catódicos (*Cathode Ray Tube - CRT*).

Pesquisou-se, também, o número de aparelhos de televisão de cada tipo, existentes no domicílio particular permanente.

TELEVISÃO POR ASSINATURA

Nos domicílios particulares permanentes com televisão, investigou-se a existência de aparelho com acesso a canais de televisão pagos, adquirido de um serviço de acesso condicionado a pagamento.

RECEPÇÃO DE SINAL DIGITAL DE TELEVISÃO ABERTA

Nos domicílios particulares permanentes com televisão, pesquisou-se a existência de aparelho conectado a um conversor para receber sinal digital de televisão aberta.

TELEVISÃO COM ANTENA PARABÓLICA

Nos domicílios particulares permanentes com televisão, investigou-se a existência de aparelho com recepção de antena que captava sinais de televisão transmitidos por satélite (antena parabólica).

APARELHO DE *DVD*

Nos domicílios particulares permanentes, investigou-se a existência de aparelho leitor de *DVD* (*digital versatile or digital video disk* - disco digital versátil ou disco digital de vídeo), que é o acessório capaz de reproduzir discos no formato *DVD*, mesmo que acoplado a microcomputador.

GELADEIRA

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de geladeira de duas portas (ou seja, o aparelho que acopla dois compartimentos independentes, sendo um de refrigeração e o outro de congelamento de alimentos) e para os que não tivessem este tipo de aparelho, investigou-se a existência de geladeira de uma porta.

FREEZER

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de *freezer*.

MÁQUINA DE LAVAR ROUPA

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de máquina de lavar roupa (aparelho que desenvolve, de forma automática, todas as etapas da lavagem de roupa, desde a entrada de água na máquina, passando pelos processos de agitação e enxágue, até o de centrifugação).

MICROCOMPUTADOR

Nos domicílios particulares permanentes, pesquisou-se a existência de microcomputador, inclusive portátil.

MICROCOMPUTADOR COM ACESSO À INTERNET

Nos domicílios particulares permanentes em que havia microcomputador foi pesquisado se era utilizado para acessar à Internet.

TABLET

Nos domicílios particulares permanentes foi investigada a existência de *tablet*, que é um microcomputador em forma de prancheta que não possui teclado acoplado e é operado basicamente por meio de uma tela sensível ao toque.

UTILIZAÇÃO DA INTERNET NO DOMICÍLIO

Nos domicílios particulares permanentes foi pesquisado se algum morador acessava a Internet no domicílio por qualquer meio: microcomputador de mesa ou portátil (*laptop, notebook, ultrabook, netbook, palmtop etc.*); telefone móvel celular; *tablet*; televisão; console de *videogame* ou outro aparelho eletrônico.

EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA ACESSAR A INTERNET NO DOMICÍLIO

Nos domicílios particulares permanentes em que algum morador acessava a Internet no domicílio foram investigados os tipos de equipamentos utilizados para esta finalidade e classificados em: microcomputador de mesa; microcomputador portátil (*laptop, notebook, ultrabook, netbook, palmtop etc.*); telefone móvel celular; *tablet*; televisão; ou outro equipamento eletrônico, como tocador portátil de música (MP3 ou MP4 *players, iPod etc.*), leitor de livro eletrônico (*e-reader*), relógio,

máquina fotográfica etc.

TIPO DE CONEXÃO À INTERNET NO DOMICÍLIO

Nos domicílios particulares permanentes em que algum morador acessava a Internet no domicílio, foram pesquisados os tipos de conexão utilizados para esta finalidade e classificados em:

Sinal de rede celular 3G ou 4G - Quando o acesso à Internet era feito por **banda larga móvel**, que é a conexão feita por meio de rede celular de terceira (3G) ou quarta (4G) gerações de padrões a tecnologias da telefonia móvel;

Conexão discada por linha telefônica - Quando o acesso à Internet era feito por meio de chamada telefônica, o que requer a conexão do microcomputador com cabo de telefonia fixa; ou

Banda larga - Quando o acesso à Internet é feito por **banda larga fixa**, que é a conexão feita por meio de cabo de cobre de telefonia (*Asymmetric Digital Subscriber Line* - *ADSL* ou *Very high bit-rate Digital Subscriber Line* - *VDSL*); cabo de televisão por assinatura (cabo coaxial); cabo de fibra ótica; satélite ou rádio (como WI-FI ou WIMAX).

A conexão por banda larga, fixa ou móvel, permite maior velocidade de acesso à Internet do que a conexão discada por linha telefônica.

CARRO

Nos domicílios particulares permanentes, investigou-se a existência de carro (veículo automotor para transporte de passageiros ou carga) que algum morador possua e seja utilizado para passeio ou locomoção de morador(es) para trabalho ou estudo, incluindo-se aquele utilizado para desempenho profissional, que também é usado para passeio ou locomoção de morador(es) da unidade domiciliar.

MOTOCICLETA

Nos domicílios particulares permanentes, investigou-se a existência de motocicleta (veículo de duas rodas, dotado de motor a combustão, para transporte de uma ou duas pessoas) que algum morador possua e seja utilizado para passeio ou locomoção de morador(es) para trabalho ou estudo, incluindo-se aquele utilizado para desempenho profissional, que também é usado para passeio ou locomoção de morador(es) da unidade domiciliar.

CARACTERÍSTICAS DE ACESSO AO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, destinado às ações de transferência de rendimento com condicionalidades. Tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de rendimento do governo federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação - Bolsa Escola, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, do Programa Auxílio-Gás, e do Cadastramento Único do Governo Federal.

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O Programa Minha Casa Minha Vida, de acordo com o Decreto 7.499, de 16 de junho de 2011, tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais, à requalificação de imóveis urbanos e à produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com rendimento mensal de até R\$ 4 650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e compreende os seguintes subprogramas: Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU e Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR.

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC foi instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA

A Tarifa Social de Energia Elétrica foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para consumidores enquadrados na subclasse Residencial Baixa Renda,

caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial das distribuidoras de energia elétrica.

CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

O Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico do Governo Federal foi instituído originalmente pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001, posteriormente revogado pelo Decreto 6.135, de 2 de julho de 2007, ora vigente, dispõe que é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixo rendimento a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.

CONHECIMENTO NO DOMICÍLIO DA EXISTÊNCIA DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

Nas unidades domiciliares, foi investigado se algum morador já tinha ouvido falar sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

CONHECIMENTO NO DOMICÍLIO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

Nas unidades domiciliares em que não havia conhecimento da existência do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, foi pesquisado se conheciam ou já tinham ouvido falar dos programas do governo federal, tais como: Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida, PRONATEC ou Tarifa Social de Energia Elétrica.

TENTATIVA DE CADASTRAMENTO PARA ACESSO A PROGRAMA SOCIAL DO GOVERNO FEDERAL

Nas unidades domiciliares em que algum morador tinha conhecimento da existência do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou dos principais programas sociais do governo foi investigado se algum morador já havia tentado se inscrever no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

OCORRÊNCIA DE ALGUM MORADOR DO DOMICÍLIO JÁ TER SIDO ENTREVISTADO PARA O CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS

SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

Nas unidades domiciliares em que houve tentativa de cadastramento para acesso a algum programa social do governo federal, foi pesquisado se algum morador já havia sido entrevistado para o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

CARACTERÍSTICAS GERAIS

IDADE

A investigação da idade foi feita por meio da pesquisa do dia, mês e ano de nascimento da pessoa ou da idade presumida da pessoa que não soubesse a data de nascimento. A idade foi calculada em relação à data de referência.

FAMÍLIA

Considerou-se como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar.

Entendeu-se por **dependência doméstica** a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família e por **normas de convivência** as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

Definiram-se como famílias conviventes aquelas constituídas por, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residissem na mesma unidade domiciliar.

CONDIÇÃO NA UNIDADE DOMICILIAR E NA FAMÍLIA

Dentro de cada unidade domiciliar e de cada família, as pessoas foram classificadas em função da relação com a pessoa de referência ou com o seu cônjuge, de acordo com as seguintes definições:

Pessoa de referência - Pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros;

Cônjuge - Pessoa que vivia conjugalmente com a pessoa de

referência da unidade domiciliar (ou da família), existindo ou não o vínculo matrimonial;

Filho - Pessoa que era filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou do seu cônjuge;

Outro parente - Pessoa que tinha qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou com o seu cônjuge;

Agregado - Pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e não pagava hospedagem nem alimentação;

Pensionista - Pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e pagava hospedagem ou alimentação;

Empregado doméstico - Pessoa que prestava serviço doméstico remunerado em dinheiro ou somente em benefícios a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família); ou

Parente do empregado doméstico - Pessoa que era parente do empregado doméstico e não prestava serviço doméstico remunerado a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família).

COR OU RAÇA

Consideraram-se cinco categorias para a pessoa se classificar quanto à característica cor ou raça: branca, preta, amarela (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declarou de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) ou indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia).

MÃE VIVA

Foi pesquisado se a mãe que gerou a pessoa estava viva e, em caso afirmativo, se residia na mesma unidade domiciliar. Captou-se, também, o número de ordem da mãe, quando esta residia na mesma unidade domiciliar da pessoa.

REGISTRO DE NASCIMENTO

Foi investigado se a pessoa tinha registro de nascimento em cartório ou outro local.

ATENÇÃO: Ver na “Introdução” a observação referente às limitações desta investigação.

PRINCIPAL MOTIVO DE MORAR COM OUTRA FAMÍLIA

Para a pessoa, de 16 anos ou mais de idade, que era pessoa de referência de família convivente secundária residente na unidade domiciliar, foi investigado o principal motivo de morar com outra(s) família(s), de acordo com a seguinte classificação:

Financeiro - Quando a família não constituía o seu próprio domicílio por falta de recursos financeiros;

Saúde - Quando a família não constituía o seu próprio domicílio devido a problemas de saúde de pelo menos um dos seus membros;

Vontade própria - Quando a família não constituía o seu próprio domicílio por sua própria vontade; ou

Outro motivo - Quando a família não constituía o seu próprio domicílio por motivo que não se enquadrasse nos descritos anteriormente.

INTENÇÃO DE MUDAR E CONSTITUIR OUTRO DOMICÍLIO

Para a pessoa, de 16 anos ou mais de idade, que era pessoa de referência de família convivente secundária residente na unidade domiciliar, foi investigado se tinha a intenção de se mudar com a sua família para constituir outro domicílio, a médio ou curto prazo.

CARACTERÍSTICAS DE NUPCIALIDADE

ESTADO CONJUGAL

O estado conjugal da pessoa de 10 anos ou mais de idade foi classificado em:

Vivia em união - para a pessoa que vivia em união conjugal com cônjuge ou companheiro(a) que era morador no domicílio;

Não vivia, mas já viveu em união - para a pessoa cujo cônjuge ou companheiro(a) perdeu a condição de morador no domicílio ou a que teve união conjugal dissolvida; ou

Nunca viveu em união - para a pessoa que nunca viveu em companhia de cônjuge ou companheiro(a).

NATUREZA DA UNIÃO CONJUGAL

A natureza da união da pessoa de 10 anos ou mais de idade que vivia em união conjugal foi classificada como:

Casamento civil e religioso - para a pessoa que vivia em companhia de cônjuge, com quem era casada no civil e no religioso, inclusive a que, embora somente tenha comparecido à cerimônia religiosa, regularizou o ato civil de acordo com a legislação vigente;

Somente casamento civil - para a pessoa que vivia em companhia de cônjuge com quem era casada somente no civil;

Somente casamento religioso - para a pessoa que vivia em companhia de cônjuge com quem era casada somente no religioso, em qualquer religião ou culto; ou

União consensual - para a pessoa que vivia em companhia de cônjuge com quem não contraiu casamento civil nem religioso, inclusive a que vivia em união estável com contrato registrado em cartório.

ESTADO CIVIL

Para a pessoa de 10 anos ou mais de idade foi investigado o estado civil, de acordo com a seguinte classificação:

Casado(a) - Para a pessoa que tinha o estado civil de casada;

Desquitado(a), ou separado(a) judicialmente - Para a pessoa que tinha o estado civil de desquitada ou separada judicialmente, homologado por decisão judicial;

Divorciado(a) - Para a pessoa que tinha o estado civil de divorciada, homologado por decisão judicial;

Viúvo(a) - Para a pessoa que tinha o estado civil de viúva; ou

Solteiro(a) - Para a pessoa que tinha o estado civil de solteira.

INFORMANTE

Para as características gerais foi captado se as informações da pessoa pesquisada foram prestadas pela própria, por outro morador ou por não morador da unidade domiciliar.

CARACTERÍSTICAS DE MIGRAÇÃO

NATURALIDADE EM RELAÇÃO AO MUNICÍPIO E À UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Investigou-se a naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação de residência da pessoa. A pessoa que nasceu fora do lugar em que a mãe residia, em decorrência dela ter estado afastada, temporariamente, para o parto, foi considerada como natural do município e da Unidade da Federação ou país estrangeiro de residência materna naquela ocasião.

LUGAR DE NASCIMENTO

Para as pessoas não naturais da Unidade da Federação de residência, pesquisou-se a Unidade da Federação ou país estrangeiro de nascimento.

TEMPO DE RESIDÊNCIA NA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Para as pessoas não naturais do Estado de residência e para as naturais que já moraram em outra Unidade da Federação ou país estrangeiro, investigou-se o tempo ininterrupto de moradia na Unidade da Federação de residência, contado em anos completos até a data de referência e classificado nos seguintes grupos: até 4 anos; de 5 a 9 anos; ou 10 anos ou mais.

LUGAR DE RESIDÊNCIA HÁ CINCO ANOS DA DATA DE REFERÊNCIA

Investigou-se o lugar (Unidade da Federação ou país estrangeiro) em que residiam há cinco anos da data de referência, para as pessoas, naturais e não naturais, que não moravam na Unidade da Federação de residência naquela data.

LUGAR DE RESIDÊNCIA ANTERIOR

Para as pessoas não naturais do Estado de residência e para as naturais que já moraram em outra Unidade da Federação ou país estrangeiro investigou-se o último lugar (Unidade da Federação ou país estrangeiro) em que residiram anteriormente.

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO

Para as pessoas não naturais do município de residência e para as naturais que já moraram em outro município ou país estrangeiro investigou-se o tempo ininterrupto de moradia no município de residência, contado em anos completos até a data de referência e classificado nos seguintes grupos: até 4 anos; de 5 a 9 anos; ou 10 anos ou mais.

INFORMANTE

Para as características de migração foi captado se as informações da pessoa pesquisada foram prestadas pela própria, por outro morador ou por não morador na unidade domiciliar.

CARACTERÍSTICAS DE EDUCAÇÃO

ALFABETIZAÇÃO

Considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecesse.

ESTUDANTE

Foi definida como estudante a pessoa que frequentava curso de ensino regular (fundamental, ensino médio, primeiro grau, segundo grau ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, alfabetização de jovens e adultos, educação de jovens e adultos ou supletivo ministrado em escola, ou pré-vestibular.

Não foi classificada como estudante a pessoa que frequentava somente: curso sequencial de educação superior; curso de especialização profissional; curso de extensão cultural (idioma, costura, datilografia etc.); ou curso de educação de jovens e adultos ou supletivo por meio de rádio,

televisão ou correspondência.

FREQUÊNCIA A ESCOLA OU CRECHE

Foi pesquisado se a pessoa era estudante, ou seja, se frequentava escola em curso de ensino regular (fundamental, ensino médio, primeiro grau, segundo grau ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, alfabetização de jovens e adultos, educação de jovens e adultos ou supletivo ministrado em escola, ou pré-vestibular, ou frequentava creche. Além de curso presencial, considerou-se, também, que frequentava escola a pessoa que cursava qualquer nível de ensino (fundamental, médio ou superior) na modalidade de Educação a Distância - EAD, ministrado por estabelecimento de ensino credenciado pelo Ministério da Educação - MEC para este tipo de ensino.

Na modalidade de Educação a Distância - EAD o processo de ensino-aprendizagem normalmente acontece por meio de tecnologias, o que permite a transmissão de informações e interação de informações entre professor e alunos e em momento e espaços físicos diferentes. No entanto, a educação a distância prevê a ocorrência de atividades presenciais.

Para a pessoa que não era estudante e nem frequentava creche foi investigado se já havia frequentado escola (curso de ensino regular, de mestrado ou doutorado, pré-escolar, de alfabetização de jovens e adultos ou de educação de jovens e adultos ou supletivo) ou creche.

Para a pessoa que era estudante foram pesquisados a série e o nível do ensino do curso que frequentava. Para a pessoa que não era estudante, mas já havia frequentado escola, foram investigados o nível ou grau do ensino do curso mais elevado que frequentou, a última série concluída e se o curso foi concluído.

O sistema de ensino regular atualmente em vigor compreende: o ensino fundamental, o médio e o superior de graduação. O sistema de ensino regular anterior compreendia: o primeiro grau, o segundo grau e o terceiro grau ou superior. O sistema de ensino regular anterior a estes dois compreendia: o elementar, o médio primeiro ciclo, o médio segundo ciclo e o superior.

Considerou-se, também, que já havia frequentado escola a pessoa que prestou os exames do extinto artigo 99 (médio 1º ciclo ou médio 2º ciclo) ou supletivo (fundamental ou 1º grau, ou médio ou 2º grau) e foi aprovada, ainda que não tivesse frequentado curso ministrado em escola.

Considerou-se como creche o estabelecimento, juridicamente

regulamentado ou não, destinado a dar assistência a crianças nas primeiras idades.

REDE DE ENSINO

Foi investigado se a escola ou creche que a pessoa frequentava pertencia à rede pública (federal, estadual ou municipal) ou particular.

ÁREA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Para a pessoa que frequentava escola ou creche da rede pública de ensino foi pesquisada a área a que pertencia: municipal, estadual ou federal.

DURAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Para a pessoa que frequentava o ensino fundamental regular e para a que não era estudante, mas cujo curso mais elevado que havia frequentado anteriormente foi o fundamental ou 1^a grau regular, foi investigada a duração do curso.

A mudança da duração do ensino fundamental regular de 8 para 9 anos, com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade, foi estabelecida na Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. A implantação dessa mudança desenvolveu-se gradualmente, uma vez que os Municípios, Estados e o Distrito Federal teriam prazo até 2010 para implementá-la.

ANOS DE ESTUDO

A classificação segundo os anos de estudo foi obtida em função da série e do nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo teve início em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior de

graduação. As pessoas com informações que não permitissem a sua classificação foram reunidas no grupo de anos de estudo “não determinados”.

Tendo em vista o período de transição da mudança da duração do ensino fundamental, a classificação segundo os anos de estudo foi construída de forma a harmonizar a duração do ensino fundamental de 9 anos para 8 anos, o que possibilita a comparação dos resultados com os das pesquisas anteriores. Na contagem dos anos de estudo para o ensino fundamental com duração de 9 anos, a primeira série concluída com aprovação foi enquadrada em menos de 1 ano de estudo, a segunda série, em 1 ano de estudo, e assim, sucessivamente, até a nona série, classificada em 8 anos de estudo.

NÍVEL DE INSTRUÇÃO

A classificação segundo o nível de instrução foi obtida em função da série e do nível ou grau que a pessoa frequentava ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores e o vigente, nos seguintes níveis: sem instrução; fundamental incompleto ou equivalente; fundamental completo ou equivalente; médio incompleto ou equivalente; médio completo ou equivalente; superior incompleto; ou superior completo; não determinado.

Sem instrução - Para a pessoa que: a) nunca frequentou escola; b) frequentava: creche; classe de alfabetização; maternal, jardim de infância etc.; curso de alfabetização de jovens e adultos; a 1ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 8 anos ou da educação de jovens e adultos do ensino fundamental; a 1ª ou a 2ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos; ou c) não frequentava, mas já frequentou: creche; classe de alfabetização; maternal, jardim de infância etc.; alfabetização de jovens e adultos; curso elementar, regular do primeiro grau ou do ensino fundamental de duração de 8 anos, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou do ensino fundamental, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série destes cursos; curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos, mas, no máximo, concluiu, com aprovação, a 1ª série deste curso; curso da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou do ensino fundamental não seriados, mas não concluiu estes cursos;

Fundamental incompleto ou equivalente - Para a pessoa que: a) frequentava: da 2ª a 8ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 8 anos ou da educação de jovens e adultos do ensino

fundamental; da 3^a a 9^a série de curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos; ou b) não frequentava, mas já frequentou: curso elementar e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1^a série deste curso; curso de médio primeiro ciclo, mas não concluiu este curso; curso regular do primeiro grau ou do ensino fundamental de duração de 8 anos, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou ensino fundamental e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1^a série e, no máximo, a 7^a série destes cursos; ou curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos e concluiu, com aprovação, pelo menos a 2^a série e, no máximo, a 8^a série deste curso;

Fundamental completo ou equivalente - Para a pessoa que: a) frequentava: a 1^a série de curso do ensino médio, regular ou da educação de jovens e adultos; b) não frequentava, mas já frequentou e concluiu, com aprovação: curso do médio primeiro ciclo, regular do primeiro grau ou do ensino fundamental com duração de 8 anos ou 9 anos, da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou do ensino fundamental; ou c) não frequentava, mas já frequentou: curso do médio segundo ciclo, regular do segundo grau ou do ensino médio, da educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio, mas não concluiu, com aprovação, a 1^a série destes cursos; ou curso de médio segundo ciclo não seriado, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio não seriados, mas não concluiu estes cursos;

Médio incompleto ou equivalente - Para a pessoa que: a) frequentava: a 2^a ou a 3^a série de curso do ensino médio, regular ou de educação de jovens e adultos; ou b) não frequentava, mas já frequentou e concluiu a 1^a série ou, no máximo, a 2^a série de curso do médio segundo ciclo, regular do segundo grau ou do ensino médio, da educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio;

Médio completo ou equivalente - Para a pessoa que: a) frequentava: a 4^a série de curso regular do ensino médio; curso pré-vestibular; ou a 1^a série de curso superior de graduação; ou b) não frequentava, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, pelo menos a 3^a série de curso do médio segundo ciclo, ou regular do segundo grau ou do ensino médio; c) não frequentava, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, curso de educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio; ou d) não frequentava, mas já frequentou curso superior de graduação, mas não concluiu, com aprovação, a 1^a série deste curso;

Superior incompleto - Para a pessoa que: a) frequentava da 2^a a 6^a série de curso superior de graduação; ou b) não frequentava, mas já frequentou curso superior de graduação e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1^a série, mas não concluiu o curso;

Superior completo - Para a pessoa que: a) frequentava curso de mestrado ou doutorado; b) não frequentava, mas já frequentou curso de mestrado ou doutorado; ou c) não frequentava, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, curso superior de graduação; ou

Não determinado - Para a pessoa que frequentava curso de educação de jovens e adultos do ensino fundamental não seriado ou do ensino médio não seriado.

CARACTERÍSTICAS DE ACESSO À INTERNET E POSSE DE TELEFONE MÓVEL CELULAR PARA USO PESSOAL

PERÍODOS DE REFERÊNCIA

Para a investigação das características de acesso à Internet foram adotados os seguintes períodos de referência:

Período de referência dos últimos três meses - Foram os últimos 90 dias que antecederam ao dia da entrevista.

Período de referência dos últimos doze meses - Foram os últimos 365 dias que antecederam ao dia da entrevista.

UTILIZAÇÃO DA INTERNET

Considerou-se a utilização da Internet feita pela própria pessoa por meio de qualquer equipamento, tal como: computador de mesa ou portátil (*laptop, notebook, ultrabook, netbook, palmtop, pocket pc, handheld*), telefone móvel celular, *tablet*, televisão, a cabo ou satélite, ou *game console*).

Não foi considerada como tendo utilizado a Internet a pessoa que solicitou a outrem para fazer o acesso de seu interesse por não saber usar microcomputador ou a Internet.

UTILIZAÇÃO DA INTERNET EM ALGUM LOCAL

Foi pesquisado se, nos períodos de referência dos últimos três meses e dos últimos doze meses, a pessoa utilizou a Internet em algum local (domicílio, local de trabalho, escola, centro de acesso gratuito ou pago, domicílio de outras pessoas ou qualquer outro local), inclusive a pessoa que utilizou o correio eletrônico da rede interna de comunicação de empresas que permitem a comunicação externa.

EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA ACESSAR A INTERNET

Para a pessoa que utilizou a Internet em algum local, no período de referência dos últimos três meses ou dos últimos doze meses, foi pesquisado os tipos de equipamentos que utilizou para acessar: microcomputador (de mesa ou portátil); telefone móvel celular; *tablet*, televisão; ou outro equipamento eletrônico (tocador portátil de música (MP3 ou MP4 *players*, *iPod* etc.), leitor de livro eletrônico (*e-reader*), relógio, máquina fotográfica etc.)

TELEFONE MÓVEL CELULAR PARA USO PESSOAL

Foi investigado se a pessoa possuía telefone móvel celular para seu uso pessoal.

INFORMANTE

Para as características de educação e de acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal foi captado se as informações da pessoa pesquisada foram prestadas pela própria, por outro morador ou por não morador da unidade domiciliar.

CARACTERÍSTICAS DE TRABALHO E RENDIMENTO

TRABALHO

Considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- a) Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços;
- b) Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico;
- c) Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana:
 - em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como: empregado na produção de bens primários (que

compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador;

- em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou

- como aprendiz ou estagiário; ou

d) Ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana:

- na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou

- na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Portanto, no conceito de trabalho caracterizam-se as condições de:

- Trabalho remunerado (itens a e b);

- Trabalho não remunerado (item c); e

- Trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso (item d).

PROCURA DE TRABALHO

Definiu-se como procura de trabalho a tomada de alguma providência efetiva para conseguir trabalho, ou seja, o contato estabelecido com empregadores; a prestação de concurso; a inscrição em concurso; a consulta a agência de emprego, sindicato ou órgão similar; a resposta a anúncio de emprego; a solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou por meio de anúncio; a tomada de medida para iniciar negócio; etc.

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO

As pessoas foram classificadas, quanto à condição de ocupação no período de referência especificado (semana de referência ou período de

referência de 365 dias), em ocupadas ou desocupadas.

PESSOAS OCUPADAS

Foram classificadas como ocupadas no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias ou de menos de 4 anos) as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve etc.

PESSOAS DESOCUPADAS

Foram classificadas como desocupadas no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias) as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.

PESSOAS OCUPADAS QUE PROCURARAM TRABALHO

Foram classificadas como ocupadas que procuraram trabalho no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias) as pessoas ocupadas que tomaram alguma providência efetiva de procura para conseguir outro trabalho distinto dos que tinham nesse período.

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE

As pessoas foram classificadas, quanto à condição de atividade no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias), em economicamente ativas ou não economicamente ativas.

PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS

As pessoas economicamente ativas no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias) compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período.

PESSOAS NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS

Foram definidas como não economicamente ativas no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias) as pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem como desocupadas nesse período.

SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO

As pessoas foram classificadas, quanto à situação de ocupação no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias), em ocupadas ou não ocupadas.

PESSOAS NÃO OCUPADAS

Foram definidas como não ocupadas no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias) as pessoas que não foram classificadas como ocupadas nesse período.

EMPREENDIMENTO

Definiu-se como empreendimento a empresa, a instituição, a entidade, a firma, o negócio etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento, desenvolvido individualmente ou com ajuda de outras pessoas (empregados, sócios ou trabalhadores não remunerados). Portanto, um empreendimento pode ser constituído por um ou mais estabelecimentos ou não ter estabelecimento.

Por convenção, o trabalho no serviço doméstico remunerado foi considerado como se fosse um empreendimento, independentemente do número de unidades domiciliares em que a pessoa prestava este serviço.

NÚMERO DE TRABALHOS

Pesquisou-se o número de trabalhos, ou seja, em quantos empreendimentos a pessoa teve trabalho no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias).

O trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso somente foi contado para a pessoa que não houvesse tido qualquer outro trabalho remunerado ou sem remuneração no período de referência especificado (semana de referência ou período de referência de 365 dias).

TRABALHO PRINCIPAL DA SEMANA DE REFERÊNCIA

Considerou-se como principal da semana de referência o único trabalho que a pessoa teve nesse período.

Para a pessoa que teve mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotaram-se os seguintes critérios, obedecendo à ordem enumerada, para definir o principal desse período:

- 1º) O trabalho da semana de referência no qual teve mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias foi considerado como principal;
- 2º) Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considerou-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedicava maior número de horas semanais. Este mesmo critério foi adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, teve somente trabalhos não remunerados e que apresentaram o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; e
- 3º) Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considerou-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporcionava maior rendimento.

TRABALHO SECUNDÁRIO DA SEMANA DE REFERÊNCIA

Foram investigadas as seguintes características relacionadas ao trabalho secundário da semana de referência: ocupação, atividade, posição na ocupação, categoria e setor (público ou privado) do emprego, área do emprego do setor público (federal, estadual ou municipal), contribuição para instituto de previdência, horas trabalhadas e rendimento.

Para definir o trabalho secundário da pessoa que trabalhava em três ou mais empreendimentos na semana de referência, excluiu-se o trabalho principal e aplicaram-se aos demais os mesmos critérios, obedecendo à ordem enumerada, que foram utilizados para selecionar o principal desse período.

Para os trabalhos da semana de referência que não foram definidos como principal nem secundário, pesquisaram-se as seguintes características: contribuição para instituto de previdência, horas

trabalhadas e rendimento.

TRABALHO PRINCIPAL DO PERÍODO DE REFERÊNCIA DE 365 DIAS

Considerou-se como principal do período de referência de 365 dias o único trabalho que a pessoa teve nesse período.

Para a pessoa que teve mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento no período de referência de 365 dias, adotaram-se os seguintes critérios, obedecendo à ordem enumerada, para definir o principal desse período:

- 1º) O trabalho no qual teve mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias foi considerado como principal;
- 2º) Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considerou-se como principal o definido como tal para a semana de referência. No caso da pessoa sem trabalho na semana de referência e que teve igualdade no tempo de permanência, considerou-se como principal o trabalho remunerado do período de referência de 365 dias ao qual a pessoa normalmente dedicava maior número de horas semanais. Este mesmo critério foi adotado para definir o trabalho principal da pessoa sem trabalho na semana de referência e que teve somente trabalhos não remunerados e que apresentaram o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; e
- 3º) Para a pessoa sem trabalho na semana de referência, em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considerou-se como principal o último trabalho do qual a pessoa saiu no período de referência de 365 dias.

TRABALHO PRINCIPAL DO PERÍODO DE REFERÊNCIA DE MENOS DE 4 ANOS

Considerou-se como principal do período de referência de menos de 4 anos o último trabalho do qual a pessoa saiu nesse período.

Foram investigadas as seguintes características relacionadas ao trabalho do período de menos de quatro anos: ocupação, atividade, posição na ocupação e categoria do emprego.

OCUPAÇÃO

Definiu-se **ocupação** como sendo o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa.

CLASSIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES

As ocupações foram classificadas utilizando a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar, que é uma adaptação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO para as pesquisas domiciliares. Para esta adaptação às pesquisas domiciliares o IBGE utilizou a estrutura da CBO, que ainda estava sendo validada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em setembro de 1999. A CBO-Domiciliar se mantém idêntica à CBO no nível mais agregado - grande grupo - e reagrupa algumas famílias ocupacionais, subgrupos e subgrupos principais, considerando as dificuldades de sua captação com precisão em pesquisas domiciliares. Desta forma, a PNAD adere às padronizações nacional e internacional de classificação de ocupações, uma vez que a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO tem como referência a *International Standard Classification of Occupations - ISCO-88* (*Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones - CIUO-88*).

No Anexo I encontra-se a composição dos grupamentos ocupacionais apresentados nas tabelas publicadas e, no Anexo II, a relação das ocupações com os seus códigos.

ATIVIDADE

A classificação da atividade do empreendimento foi obtida por meio da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalhava. Para os trabalhadores por conta própria a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida.

CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES

As atividades foram classificadas utilizando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar, que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para as pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar se mantém idêntica à CNAE nos níveis mais agregados - seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e o atacado - reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. Desta forma, a PNAD

adere às padronizações nacional e internacional de classificação de atividades econômicas, uma vez que a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE tem como referência a *International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC (Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIIU)*, 3ª revisão, das Nações Unidas.

No Anexo III encontra-se a composição dos grupamentos de atividade apresentados nas tabelas publicadas e, no Anexo IV, a relação das atividades com seus códigos.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Foram definidas oito categorias de posição na ocupação:

Empregado - Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos;

Trabalhador doméstico - Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares;

Conta própria - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado;

Empregador - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;

Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador;

Outro trabalhador não remunerado - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo;

Trabalhador na produção para o próprio consumo - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; e

Trabalhador na construção para o próprio uso - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Para efeito de divulgação, em todas as tabelas que apresentam a classificação por posição na ocupação, as categorias **trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar** e **outro trabalhador não remunerado** foram reunidas em uma única, que recebeu a denominação de **não remunerado**.

EMPREGO TEMPORÁRIO E PERMANENTE

As pessoas que eram empregadas em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura e nos serviços auxiliares deste ramo foram classificadas em dois tipos:

Empregado temporário - Quando a duração do contrato ou acordo de trabalho, verbal ou escrito, tivesse um término estabelecido, ainda que pudesse ser renovado; ou

Empregado permanente - Quando a duração do contrato ou acordo de trabalho, verbal ou escrito, não tivesse um término estabelecido.

RECEBIMENTO EM ÁREA PARA PRODUÇÃO

Para as pessoas que eram empregadas permanentes em empreendimento de atividade da agricultura, silvicultura ou de criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos foi pesquisado se recebiam área, no interior do estabelecimento em que trabalhavam, cedida pelo empregador, para desenvolver produção de agricultura ou pecuária para si próprias.

PARCERIA COM O EMPREGADOR

Para as pessoas que eram empregadas permanentes em

empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura foi investigado se trabalhavam em regime de parceria com o empregador, ou seja, se recebiam parte da produção do seu trabalho (meia, terça, quarta etc.) como pagamento, ainda que associada ao recebimento de uma parcela em dinheiro.

CONTRATADOR DO EMPREGADO TEMPORÁRIO

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram empregadas temporárias em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura e nos serviços auxiliares deste ramo foi investigado se, no mês de referência, foram contratadas somente por pessoa responsável pelo estabelecimento em que trabalharam ou somente por intermediário (empresa empreiteira, empreiteiro, “gato” etc.) no único ou em todos os empreendimentos em que foram empregadas temporárias em alguma dessas atividades.

ÁREA DO EMPREENDIMENTO

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria ou empregadoras em empreendimento de atividade da agricultura, silvicultura ou de criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos, pesquisaram-se as áreas de todas as terras que compunham o empreendimento, mesmo que fosse constituído por estabelecimentos localizados em Unidades da Federação ou municípios distintos.

Entendeu-se por estabelecimento de atividade da agricultura, silvicultura ou pecuária todo terreno de área contínua, independentemente de tamanho ou situação (urbana ou rural), onde se processava a exploração de pelo menos uma dessas atividades. A existência de rios, estradas ou ferrovias cortando as terras do estabelecimento não caracteriza a descontinuidade da sua área.

As equivalências em m² das unidades de medida de superfície encontram-se no Anexo V.

CONDIÇÃO EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO

Para as pessoas que eram conta própria ou empregadoras em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, foram definidas oito

condições em relação ao empreendimento:

Parceiro - Pessoa que explorava o empreendimento em bem, móvel ou imóvel, de propriedade de terceiros, cujo uso era pago com uma parte da produção, previamente ajustada (metade, terça parte, quarta parte etc.). Para a pessoa classificada como parceira no trabalho principal da semana de referência foi pesquisada a parceria contratada (meia, terça, quarta, quinta ou outra);

Arrendatário - Pessoa que explorava o empreendimento em bem, móvel ou imóvel, de propriedade de terceiros, cujo uso era pago com uma quantia fixa (em dinheiro ou sua equivalência em produtos) ou serviços, previamente ajustados. Para a pessoa classificada como arrendatária no trabalho principal da semana de referência foi pesquisada a forma contratada de pagamento do arrendamento (somente dinheiro; somente produto; somente serviço; dinheiro e produto; dinheiro e serviço; produto e serviço; e dinheiro, produto e serviço);

Posseiro - Pessoa que explorava o empreendimento em bem, móvel ou imóvel, de propriedade de terceiros, sem ter consentimento para usá-lo e nada pagando;

Cessionário - Pessoa que explorava o empreendimento em bem, móvel ou imóvel, de propriedade de terceiros, com consentimento para usá-lo sem nada pagar;

Proprietário - Pessoa que explorava o empreendimento em bem, móvel ou imóvel, de sua propriedade, total ou parcial, inclusive em regime de usufruto, foreiro etc.; ou

Outra condição - Pessoa que explorava o empreendimento em condição distinta das anteriores.

COMPROMISSO PRÉVIO DE VENDA DA PRODUÇÃO PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria ou empregadoras em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, foi investigado se tinham assumido, previamente, o compromisso de vender a alguma pessoa (física ou jurídica), pelo menos, parte da produção principal do empreendimento.

VENDA DA PRODUÇÃO PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria ou empregadoras em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, foi investigado se venderam, de fato, pelo menos, alguma parte da produção principal do empreendimento.

Considerou-se como venda, de fato, se a pessoa recebeu, pelo menos, parte do pagamento da produção vendida, independentemente de ter sido entregue, ou não, ao comprador.

COMPRADOR DA PRODUÇÃO PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria ou empregadoras em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura e, no período de referência de 365 dias, venderam alguma parte da produção principal do empreendimento, foi investigado o tipo de comprador (pessoa física ou jurídica) que adquiriu a totalidade ou maior parte dessa produção vendida, de acordo com a seguinte classificação:

Empresa - Quando o comprador foi uma empresa privada, exceto cooperativa ou empresa do proprietário do bem utilizado para o empreendimento;

Cooperativa - Quando o comprador foi uma cooperativa de produção, comercialização ou de outro tipo;

Governo - Quando o comprador foi uma entidade do governo (federal, estadual ou municipal, abrangendo, além da administração direta, suas fundações, autarquias e empresas públicas ou de economia mista);

Proprietário do bem utilizado no empreendimento - Quando o comprador foi o proprietário (pessoa física ou jurídica) do bem utilizado para o empreendimento;

Intermediário particular - Quando o comprador foi um intermediário particular (pessoa física ou jurídica), exclusive o proprietário do bem utilizado para o empreendimento;

Consumidor direto - Quando a produção foi adquirida diretamente por consumidores; ou

Outro comprador - Quando o tipo de comprador não se enquadrava nos descritos anteriormente.

CONSUMO DE PRODUÇÃO DO EMPREENDIMENTO NO DOMICÍLIO

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria ou empregadoras em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, foi investigado se, no mês de referência, algum produto de atividade, da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, desenvolvida no empreendimento foi consumido como alimentação por um ou mais moradores da unidade domiciliar. No caso de ter havido esse consumo no mês de referência, foi pesquisado, ainda, se até a metade ou mais da metade da alimentação consumida pelos moradores na unidade domiciliar era retirada de produção (da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura) desenvolvida no empreendimento para venda ou para o próprio consumo por qualquer morador.

FINANCIAMENTO DE PROGRAMA DE CRÉDITO PARA A PRODUÇÃO

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria ou empregadoras sem empregados permanentes ou com até cinco empregados permanentes em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, foi investigado se, no período de referência de 365 dias, haviam recebido financiamento de algum programa de crédito para a produção nesse trabalho.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF foi criado pelo Decreto nº 1.946, de 20 de junho de 1996, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento agrícola constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de rendimento.

FINANCIAMENTO PELO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria ou empregadoras sem empregados permanentes ou com até cinco empregados permanentes, em empreendimento de atividade da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca ou

piscicultura, que haviam recebido, no período de referência de 365 dias, financiamento de algum programa de crédito para a produção nesse trabalho, foi investigado se a fonte desse financiamento foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA (para empreendimento de atividade da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura)

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria ou empregadoras sem empregados permanentes ou com até cinco empregados permanentes em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, foi investigado se, no período de referência de 365 dias, haviam recebido alguma assistência técnica para esse trabalho.

PRESTADOR DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA (para empreendimento de atividade da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca ou piscicultura)

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria ou empregadoras sem empregados permanentes ou com até cinco empregados permanentes em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, que haviam recebido, no período de referência de 365 dias, alguma assistência técnica para esse trabalho, investigou-se o seu prestador.

O prestador da assistência técnica foi classificado em: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER (empresa pública estadual ou do Distrito Federal que presta assistência técnica e realiza ações de extensão rural, atendendo prioritariamente a agricultura familiar); outra agência do governo (federal, estadual ou municipal); empresa privada; ou outra (como, por exemplo, como a assistência técnica prestada por algum organismo internacional).

RECEBIMENTO DE SEMENTES OU INSUMOS DE PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA A PRODUÇÃO

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria ou empregadoras sem empregados permanentes ou com até cinco empregados permanentes em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, foi investigado se, no período de referência de 365 dias, haviam recebido sementes ou insumos de algum programa de distribuição

gratuita para a produção desse trabalho.

JORNADA DIURNA E NOTURNA

Para as pessoas que eram empregadas (exceto para os empregados em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura e para os empregados temporários nos serviços auxiliares deste ramo) no trabalho principal da semana de referência foi investigado se a jornada normal desse trabalho era integralmente noturna ou diurna.

Entendeu-se por jornada diurna qualquer período de tempo decorrido no intervalo fechado que se estende das 5:00 horas às 22:00 horas do mesmo dia.

Entendeu-se por jornada noturna qualquer período de tempo decorrido no intervalo fechado que se estende das 22:00 horas de um dia às 5:00 horas da manhã do dia seguinte.

SETOR DO EMPREGO

Para as pessoas que eram empregadas (exceto para os empregados, permanentes e temporários, em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura e para os empregados temporários nos serviços auxiliares deste ramo) foi investigado se o empreendimento para o qual trabalhavam era do setor público (federal, estadual ou municipal, abrangendo, além da administração direta, as suas fundações, autarquias e empresas públicas e de economia mista) ou privado.

ÁREA DO SETOR PÚBLICO

Para as pessoas que eram empregadas do setor público foi investigado se o empreendimento para o qual trabalhavam era da área da administração, direta ou indireta, do governo **federal, estadual ou municipal**.

EXERCÍCIO DE SERVIÇO DOMÉSTICO REMUNERADO EM MAIS DE UMA UNIDADE DOMICILIAR

Para as pessoas que eram trabalhadoras domésticas no trabalho principal da semana de referência foi investigado se, no mês de referência,

prestavam serviço doméstico em mais de uma unidade domiciliar, com contratos de trabalho, verbais ou escritos, distintos. Para as que eram trabalhadoras domésticas no trabalho principal do período de captação de 358 dias foi pesquisado se prestaram serviço doméstico em mais de uma unidade domiciliar nos últimos trinta dias de exercício deste serviço nesse período.

PERIODICIDADE DO EXERCÍCIO DO TRABALHO NO SERVIÇO DOMÉSTICO REMUNERADO

Para as pessoas que eram trabalhadoras domésticas no trabalho principal da semana de referência foi investigada a periodicidade habitual do exercício desse trabalho em número de dias por semana ou por mês, quando não era realizado com frequência de pelo menos uma vez por semana.

CATEGORIA DO EMPREGO

Os empregados, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada; militares e funcionários públicos estatutários; ou outro sem carteira de trabalho assinada.

A categoria dos militares e funcionários públicos estatutários foi constituída pelos militares do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas que estavam prestando o serviço militar obrigatório, e pelos empregados regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos (federais, estaduais, municipais ou de autarquias).

Os trabalhadores domésticos, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada ou sem carteira de trabalho assinada.

FORMA DE REMUNERAÇÃO CONTRATADA

Investigou-se a forma contratada, verbalmente ou por escrito, para o cálculo da remuneração do trabalho das pessoas que eram empregadas (exceto para os militares e funcionários públicos estatutários) no trabalho principal da semana de referência.

As formas de remuneração contratadas foram classificadas como:

Somente por jornada de trabalho - Quando a remuneração era calculada com base somente na duração do trabalho;

Somente por produção ou comissão - Quando a remuneração era calculada com base somente na produtividade do trabalho;

Somente por tarefa ou empreitada - Quando a remuneração era calculada com base somente na duração da tarefa ou empreitada contratada;

Por jornada de trabalho e produção ou comissão - Quando a remuneração era calculada com base na duração e produtividade do trabalho; ou

Outra forma - Quando a remuneração era calculada de forma distinta das anteriores.

RECEBIMENTO EM BENEFÍCIOS

Foram pesquisados os principais tipos de benefícios (auxílio para moradia; alimentação; transporte; educação ou creche; e saúde ou reabilitação), recebidos no mês de referência, como parte ou totalidade da remuneração das pessoas que eram empregadas ou trabalhadoras domésticas no trabalho principal da semana de referência.

Entendeu-se como **auxílio para moradia**:

- a) O pagamento ou reembolso, total ou parcial, pelo empregador, de despesa de moradia;
- b) O pagamento direto do aluguel da moradia pelo empregador;
- c) A cessão de uma moradia pelo empregador, ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação; ou
- d) A cessão de um cômodo ou local para dormir na própria unidade domiciliar do empregador, ainda que mediante desconto parcial na remuneração por este benefício.

Entendeu-se como **auxílio para alimentação**:

- a) O pagamento, total ou parcial, pelo empregador, do custo do vale ou tíquete refeição ou alimentação;
- b) O pagamento ou reembolso, total ou parcial, pelo empregador, da despesa de refeição (café da manhã, lanche, almoço ou jantar) consumida no local de trabalho ou fora dele;

- c) O pagamento ou reembolso, total ou parcial, pelo empregador, de cesta de alimentos ou compra de alimentos; ou
- d) O recebimento de refeição no domicílio do empregador ou no local de trabalho, ainda que mediante desconto parcial na remuneração por este benefício.

Entendeu-se como **auxílio para transporte**:

- a) O pagamento, total ou parcial, pelo empregador, do custo do vale ou tíquete transporte;
- b) O pagamento ou reembolso, total ou parcial, pelo empregador, da despesa com qualquer tipo de transporte (ônibus, trem, táxi, animal etc.) ou combustível para transporte; ou
- c) A cessão, pelo empregador, de veículo para transporte, exceto quando destinado ao exercício do trabalho do empreendimento.

Entendeu-se como **auxílio para educação ou creche**:

- a) O pagamento ou reembolso, total ou parcial, pelo empregador, da despesa com educação (mensalidade ou material escolar), exceto quando fosse para curso de formação ou especialização de interesse do empreendimento; ou
- b) O pagamento ou reembolso, total ou parcial, pelo empregador, da despesa com creche ou babá.

Entendeu-se como **auxílio para saúde ou reabilitação**:

- a) O pagamento ou reembolso, total ou parcial, pelo empregador, da despesa de saúde ou reabilitação (consulta médica, exame clínico, internação, cirurgia, fisioterapia, remédio, aparelho para suprir ou corrigir deficiência etc.); ou
- b) O pagamento ou reembolso, total ou parcial, pelo empregador, de seguro ou plano de assistência de saúde ou reabilitação.

NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NO TRABALHO

a) Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram empregadas, temporárias ou permanentes, em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura ou empregadas temporárias nos serviços auxiliares deste ramo, investigou-se o número de

trabalhadores não remunerados membros da unidade domiciliar que ocupavam, durante todo ou parte do mês de referência, nesse trabalho.

b) Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram empregadas no setor privado (exceto para os empregados, permanentes e temporários, em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura e para os empregados temporários nos serviços auxiliares deste ramo), investigou-se o número de pessoas ocupadas, durante todo ou parte do mês de referência, nesse trabalho.

c) Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, investigou-se o número de não remunerados (trabalhadores não remunerados membros da unidade domiciliar e outros trabalhadores não remunerados) que ocupavam, durante todo ou parte do mês de referência, nesse trabalho.

d) Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria (exceto para os conta própria em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura), investigou-se o número de sócios ocupados e de não remunerados (trabalhadores não remunerados membros da unidade domiciliar e outros trabalhadores não remunerados) que ocupavam, durante todo ou parte do mês de referência, nesse trabalho.

e) Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram empregadoras em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, investigou-se o número de empregados permanentes, de empregados temporários e de não remunerados (trabalhadores não remunerados membros da unidade domiciliar e outros trabalhadores não remunerados) que ocupavam, durante todo ou parte do mês de referência, nesse trabalho.

f) Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram empregadoras (exceto para os empregadores em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura), investigou-se o número de empregados e de não remunerados (trabalhadores não remunerados membros da unidade domiciliar e outros trabalhadores não remunerados) que ocupavam, durante todo ou parte do mês de referência, nesse trabalho. Para a parcela dessas pessoas empregadoras com até 10 empregados pesquisou-se, ainda, o número de sócios ocupados, durante todo ou parte do mês de referência, nesse trabalho.

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI

A figura jurídica do microempreendedor individual - MEI, criada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, com vistas a dar condições para auxiliar os pequenos empreendedores a formalizarem suas atividades. Para efeitos da Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, considera-se como microempreendedor individual - MEI o empresário individual a que se refere o [Art. 966 do Código Civil \(Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002\)](#), que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista no Art. 18-A da Lei Complementar. O MEI pode ter um único empregado que receba exclusivamente um salário mínimo ou piso salarial da categoria profissional; além disso, não pode participar de outra empresa como titular, sócio ou administrador de outra empresa.

CADASTRAMENTO NO PROGRAMA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria ou empregadoras com até um empregado em empreendimento que não fosse do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, foi investigado se, no mês de referência, eram cadastradas no programa microempreendedor individual - MEI.

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO SIMPLIFICADA DO MEI

O Documento de Arrecadação Simplificada do MEI (DAS-MEI) é o instrumento utilizado para fazer o pagamento mensal das obrigações tributárias do microempreendedor individual. Essas obrigações compreendem um valor fixo mensal, que abrange 5% do valor do salário mínimo, a título de contribuição para o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, R\$ 5,00 relativos ao pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS para o município, se a atividade for de prestação de serviços, e R\$ 1,00 referente ao pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para o Estado, se a atividade for de comércio e indústria.

PAGAMENTO DOS TRIBUTOS POR MEIO DO DAS

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria ou empregadoras com até um empregado em empreendimento que não fosse do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, cadastradas no programa microempreendedor individual - MEI, foi investigado se, no mês de referência, pagaram os tributos desse empreendimento por meio do DAS.

EMPRÉSTIMO DE MICROCRÉDITO EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria ou empregadoras com até cinco empregados em empreendimento que não fosse do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, foi pesquisado se, no período de referência de 3 anos, procuraram empréstimo de microcrédito em alguma instituição financeira para esse trabalho. Para essas pessoas que procuram, foi investigado se obtiveram o empréstimo de microcrédito de até R\$ 15 000,00 (quinze mil reais) em alguma instituição financeira para esse trabalho.

O microcrédito é a concessão de empréstimo de pequeno valor a microempreendedor, formal ou informal, normalmente sem acesso ao sistema financeiro tradicional. A Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, instituiu o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMP com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e rendimento entre os microempreendedores populares.

RECEBIMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (exceto para empreendimento de atividade da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca ou piscicultura)

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria ou empregadoras com até cinco empregados, exceto em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, foi investigado se, no período de referência de 3 anos, haviam recebido alguma assistência técnica para esse trabalho.

PRESTADOR DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA (exceto para empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura)

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram conta própria ou empregadoras com até cinco empregados, exceto em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, que haviam recebido, no período de referência de 365 dias, alguma assistência técnica para esse trabalho, investigou-se o seu prestador.

O prestador da assistência técnica foi classificado em: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE ou outra instituição do Sistema S; órgão do governo (federal, estadual ou municipal); empresa privada; ou outra (como, por exemplo, como a assistência técnica prestada por algum organismo internacional).

Sistema S - Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S (com uma exceção), têm raízes comuns e características organizacionais similares. Entre as organizações que fazem parte do sistema S encontram-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, o Serviço Social da Indústria - SESI, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC, o Serviço Social do Comércio - SESC e o Instituto Euvaldo Lodi - IEL.

REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS - CNPJ

Para as pessoas que, no trabalho principal da semana de referência, eram empregadas no setor privado, empregadoras ou conta própria foi pesquisado se o empreendimento tinha registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal.

LOCAL DE ESTABELECIMENTO DO TRABALHO

Para o trabalho principal, remunerado e sem remuneração, da semana de referência, foi caracterizado o tipo de local do empreendimento que tinha estabelecimento ou onde era exercido o trabalho para o empreendimento que não tinha estabelecimento.

Considerou-se como tendo estabelecimento o empreendimento situado em local:

- a) que fosse apropriado especificamente para o exercício do trabalho ou para a administração ou gerenciamento das tarefas, internas ou externas; e
- b) com acesso independente para entrar e sair sem passar por

locais de habitação.

O local do empreendimento que tinha estabelecimento foi classificado como:

Loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão etc. - Quando a pessoa trabalhava, ainda que exercendo função externa, em empreendimento com estabelecimento (loja, fábrica, escritório, consultório, igreja, escola, repartição do governo, galpão etc.). Incluiu-se, também, neste grupo o empreendimento estabelecido em banca de jornal ou quiosque fechado e fixado no terreno; ou

Fazenda, sítio, granja, chácara etc. - Quando a pessoa trabalhava, ainda que exercendo função externa, em empreendimento de atividade da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou piscicultura, com estabelecimento (fazenda, sítio, granja, chácara, viveiro, haras, criadouro, horto, ranário etc.).

O local de exercício do trabalho do empreendimento que não tinha estabelecimento foi classificado como:

No domicílio em que morava - Quando a pessoa trabalhava na unidade domiciliar em que residia por não dispor de estabelecimento para o empreendimento. Incluiu-se neste grupo o trabalhador doméstico que residia na unidade domiciliar em que trabalhava;

Em domicílio do empregador, patrão, sócio ou freguês - Quando a pessoa trabalhava, unicamente, em unidade(s) domiciliar(es) de residência de empregador(es), sócio(s) ou freguês(es), sem estar exercendo função externa de empreendimento com estabelecimento. Incluiu-se neste grupo o trabalhador doméstico que não residia na unidade domiciliar em que trabalhava;

Em local designado pelo empregador, cliente ou freguês - Quando a pessoa trabalhava em local designado pelo empregador, cliente ou freguês, ou em local (exclusive via ou área pública) onde encontrava seus clientes ou fregueses, sem estar exercendo função externa de empreendimento com estabelecimento;

Em veículo automotor - Quando a pessoa trabalhava em qualquer veículo automotor (automóvel, caminhão, embarcação a motor, avião, motocicleta etc.), sem estar exercendo função externa de empreendimento com estabelecimento;

Em via ou área pública - Quando a pessoa trabalhava em via ou área públicas (ruas, praças, praias, terras devolutas etc.), sem estar exercendo função externa de empreendimento com estabelecimento; ou

Outro - Quando a pessoa trabalhava em empreendimento que não se enquadrava nas condições descritas anteriormente.

DOMICÍLIO E ESTABELECIMENTO DO TRABALHO LOCALIZADOS NO MESMO TERRENO OU ÁREA

Para as pessoas cujo trabalho principal, remunerado ou sem remuneração, da semana de referência era em empreendimento com estabelecimento foi pesquisado se o domicílio em que moravam estava situado no mesmo terreno, área ou instalação do estabelecimento em que trabalhavam.

Quando o domicílio de residência da pessoa e o estabelecimento em que trabalhava estavam situados no mesmo pavimento ou em andares seguidos foram também considerados como localizados no mesmo terreno ou área.

TEMPO DE LOCOMOÇÃO PARA O TRABALHO

Para as pessoas (exceto para as que moravam em domicílio situado no terreno ou na área do estabelecimento em que trabalhavam ou exerciam seu trabalho no domicílio em que moravam) que costumavam ir direto do seu domicílio para o local de exercício do trabalho, remunerado ou sem remuneração, classificado como principal da semana de referência, pesquisou-se o tempo normalmente despendido neste percurso de ida. Esse tempo de locomoção foi investigado nos seguintes grupos: até 30 minutos; mais de 30 minutos até 1 hora; mais de 1 até 2 horas; mais de 2 horas.

HORAS HABITUALMENTE TRABALHADAS POR SEMANA

Pesquisou-se o número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, no secundário e nos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência. Foram incluídas como horas habitualmente trabalhadas aquelas que a pessoa habitualmente ocupava fora do local de trabalho em tarefas relacionadas com a sua ocupação no trabalho considerado. A investigação foi feita em horas inteiras, considerando 30 minutos ou mais como uma hora e desprezando os períodos inferiores a 30 minutos.

CONTRIBUIÇÃO PARA INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

Foi pesquisado se as pessoas contribuíam para instituto de previdência, **federal** (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou Plano de Seguridade Social da União), **estadual** (instituto de previdência estadual, incluindo os servidores das forças auxiliares estaduais), ou **municipal** (instituto de previdência municipal, incluindo os servidores das forças auxiliares municipais), no trabalho principal, no secundário e em pelo menos um dos demais trabalhos que tivessem na semana de referência. Foi investigado, também, se as pessoas contribuíam para instituto de previdência no trabalho principal do período de referência de 365 dias.

TEMPO DE PERMANÊNCIA NO TRABALHO

Investigou-se o tempo decorrido desde o ingresso no trabalho principal da semana de referência até a data de referência. Para as pessoas que, no período de referência de 365 dias, saíram do trabalho principal desse período, pesquisou-se o tempo decorrido desde o ingresso até a saída desse trabalho.

RECEBIMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO

Para as pessoas que, no período de referência de 365 dias, saíram do trabalho que tinham nesse período como empregadas com carteira de trabalho assinada foi pesquisado se receberam, ou tiveram homologados os seus pedidos para receber, o seguro-desemprego.

ASSOCIAÇÃO A SINDICATO

Para as pessoas ocupadas no período de referência de 365 dias foi pesquisado se, no mês de referência, eram filiadas a algum sindicato, independentemente das características do seu trabalho ou da sua condição de atividade nesse mês.

Entendeu-se como sindicato a associação de uma ou mais categorias para fins de estudo, defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais de todos aqueles que exercessem atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, e que tivesse Carta de Reconhecimento do Ministério do Trabalho e Emprego ou registro em cartório como tal.

Não se considerou como associada a sindicato a pessoa que representava uma empresa filiada a sindicato patronal.

TIPO DE SINDICATO

Para as pessoas classificadas como associadas a sindicato, investigou-se o tipo de sindicato a que estavam filiadas no mês de referência.

Os sindicatos, quanto ao tipo, foram classificados como de: empregados urbanos, trabalhadores rurais, trabalhadores autônomos, trabalhadores avulsos, profissionais liberais ou outro sindicato.

Entendeu-se como sindicato de autônomos aquele que representasse pessoas que exerciam atividade urbana por conta própria, sem contratarem empregados.

Entendeu-se como sindicato de trabalhadores avulsos aquele que tivesse como característica funcionar como agenciador de trabalho para seus associados.

IDADE AO INGRESSAR NO PRIMEIRO TRABALHO

Para as pessoas ocupadas no período de 365 dias foi pesquisada a idade que tinham quando ingressaram no primeiro trabalho.

PROVIDÊNCIA PARA CONSEGUIR TRABALHO

Para as pessoas de 10 anos ou mais de idade que declararam ter tomado alguma providência para conseguir trabalho na semana de referência ou no período de referência de 23 dias, de 30 dias ou de 305 dias (que em conjunto constituem o período de referência de 365 dias), foi pesquisada a última medida efetiva que tomada, no período declarado, para conseguir trabalho, no caso das pessoas que não estavam ocupadas, ou trabalho distinto do(s) que tinham, no caso das ocupadas.

A última providência tomada para conseguir trabalho no período de referência de 365 dias foi classificada como:

Consultou empregador - Quando a pessoa que estabeleceu contato com empregador por meio de: inscrição em serviço ou departamento de pessoal de empreendimento, agência de emprego, sindicato, anúncio em jornal, revista ou Internet, envio de *curriculum vitae*, placa ou aviso de vaga, parente, colega ou amigo, visita pessoal, carta, telegrama ou qualquer outro veículo;

Fez concurso - Quando a pessoa prestou concurso para conseguir trabalho;

Inscreveu-se em concurso - Quando a pessoa se inscreveu em concurso para conseguir trabalho;

Consultou agência ou sindicato - Quando a pessoa consultou agência de emprego, sindicato ou entidade assemelhada;

Colocou ou respondeu anúncio - Quando a pessoa colocou anúncio oferecendo seus serviços, inclusive disponibilizando seu currículo por meio da Internet, ou respondeu a anúncio de trabalho colocado em jornal, revista ou Internet;

Consultou parente, amigo ou colega - Quando a pessoa consultou parente, amigo ou colega para tentar obter trabalho;

Tomou medida para iniciar negócio - Quando a pessoa estava procurando local para instalar empreendimento (consultório, loja, galpão etc.) ou tomando alguma medida legal para iniciá-lo;

Outra providência - Quando a pessoa tomou qualquer outra providência que não se enquadrava nas descritas anteriormente; ou

Nenhuma - Quando a pessoa, de fato, não tomou qualquer providência para conseguir trabalho.

CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA PRIVADA

Para as pessoas de 10 anos ou mais de idade foi investigado se, no mês de referência, eram contribuintes de entidade de previdência privada, aberta ou fechada, em plano de complementação de aposentadoria, pensão ou pecúlio.

Entendeu-se como **entidade de previdência privada aberta** a sociedade constituída com a finalidade de instituir planos de pecúlio ou de rendas, mediante contribuição de seus participantes, e acessível ao público em geral, e como **entidade de previdência privada fechada** a sociedade civil ou fundação constituída com a finalidade de complementar a ação da previdência social oficial, mediante a contribuição de seus participantes e acessível exclusivamente aos empregados e dirigentes de uma empresa ou grupo de empresas.

AFAZERES DOMÉSTICOS

Para as pessoas de 10 anos ou mais de idade foi pesquisado se habitualmente cuidavam, parcialmente ou integralmente, dos afazeres

domésticos, independentemente da sua condição de atividade e ocupação na semana de referência.

Entendeu-se por afazeres domésticos a realização, no domicílio de residência, de tarefas (que não se enquadravam no conceito de trabalho) de:

- a) Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia;
- b) Cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es);
- c) Orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas;
- d) Cuidar de filhos ou menores moradores; ou
- e) Limpar o quintal ou terreno que circunda a residência.

HORAS HABITUALMENTE DEDICADAS POR SEMANA AOS AFAZERES DOMÉSTICOS

Pesquisou-se o número de horas por semana que as pessoas habitualmente dedicavam aos afazeres domésticos. A investigação foi feita em horas inteiras, considerando 30 minutos ou mais como uma hora e desprezando os períodos inferiores a 30 minutos.

APOSENTADO

Classificou-se como aposentada a pessoa que, na semana de referência, era jubilada, reformada ou aposentada pelo Plano de Seguridade Social da União ou por instituto de previdência social federal (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS), estadual ou municipal, inclusive pelo Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - FUNRURAL.

PENSIONISTA

Classificou-se como pensionista a pessoa que, na semana de referência, recebia pensão das Forças Armadas, do Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência social federal (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS), estadual ou municipal, inclusive do FUNRURAL, deixada por pessoa da qual era beneficiária.

SALÁRIO MÍNIMO

Para a apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considerou-se o que vigorava no mês de referência. O salário mínimo era de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) em setembro de 2014.

RENDIMENTO MENSAL DE TRABALHO

Considerou-se como rendimento mensal de trabalho:

- a) Para os empregados e trabalhadores domésticos - A remuneração bruta mensal a que normalmente teriam direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento era variável, a remuneração média mensal, referente ao mês de referência.

Entendeu-se por remuneração bruta o rendimento ganho pelo empregado ou trabalhador doméstico sem excluir o salário família e os descontos correspondentes aos pagamentos de instituto de previdência, imposto de renda, faltas etc., e não incluindo o décimo terceiro salário (décimo quarto, décimo quinto etc.) e a participação nos lucros paga pelo empreendimento aos empregados.

A parcela recebida em benefícios (moradia, alimentação, roupas, vales refeição, alimentação ou transporte etc.) não foi incluída no cômputo do rendimento de trabalho.

- b) Para os empregadores e conta própria - A retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referente ao mês de referência.

Entendeu-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria prima, energia elétrica, telefone etc.) da pessoa que explorava um empreendimento como conta própria ou empregadora.

Para a pessoa licenciada por instituto de previdência investigou-se o rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio doença, auxílio por acidente de trabalho etc.) no mês de referência.

Pesquisou-se o rendimento em dinheiro e o valor, real ou estimado, dos produtos ou mercadorias do ramo que compreende a agricultura,

silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência, não sendo investigado o valor da produção para consumo próprio.

Foram incluídos no grupo “sem rendimento” os empregados e trabalhadores domésticos que recebiam apenas em benefícios (alimentação, roupas, medicamentos etc.) à guisa de rendimento de trabalho.

RENDIMENTO MENSAL DE OUTRAS FONTES

A investigação abrangeu todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

O rendimento mensal de outras fontes compreendeu os rendimentos habitualmente recebidos que não eram oriundos de trabalho da semana de referência e que foram classificados nos seguintes tipos:

Aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal - Para o rendimento mensal, normalmente recebido no mês de referência, de jubilação, reforma ou aposentadoria do Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência federal (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS), estadual ou municipal, inclusive do FUNRURAL;

Pensão de instituto de previdência ou do governo federal - Para o rendimento mensal, normalmente recebido no mês de referência, de pensão das Forças Armadas, do Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência federal (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS), estadual ou municipal, inclusive do FUNRURAL;

Outro tipo de aposentadoria - Para o rendimento mensal, normalmente recebido no mês de referência, de complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão;

Outro tipo de pensão - Para o rendimento mensal, normalmente recebido no mês de referência, de pensão de caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa, e de pensão alimentícia (espontânea ou judicial);

Abono de permanência - Para o rendimento mensal, normalmente recebido no mês de referência, de abono de permanência em serviço;

Aluguel - Para o rendimento mensal, normalmente recebido no mês de referência, de aluguel, inclusive sublocação ou arrendamento de

móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais etc.;

Doação recebida de não morador - Para o rendimento mensal, normalmente recebido no mês de referência, de doação ou mesada, sem contrapartida de serviços prestados, proveniente de pessoa não moradora na unidade domiciliar;

Juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras e outros rendimentos - Para o rendimento médio mensal, no mês de referência, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria; etc. Incluiu-se neste tipo o rendimento mensal, no mês de referência, normalmente recebido de programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada - BPC-LOAS, e outros).

RENDIMENTO MENSAL

A soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes constituiu o rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade.

RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR

Considerou-se como rendimento mensal familiar a soma dos rendimentos mensais dos componentes da família, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição na família fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR *PER CAPITA*

Considerou-se como rendimento mensal familiar *per capita* a divisão do rendimento mensal familiar pelo número de componentes da família, exclusive aqueles cuja condição na família fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR

Considerou-se como rendimento mensal domiciliar a soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição

na unidade domiciliar fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA*

Considerou-se como rendimento mensal domiciliar *per capita* a divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de membros da unidade domiciliar, exclusive aqueles cuja condição na unidade domiciliar fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

INFORMANTE

Para as características de trabalho e rendimento foi captado se as informações da pessoa pesquisada foram prestadas pela própria, por outro morador ou por não morador da unidade domiciliar.

CARACTERÍSTICAS DE FECUNDIDADE FEMININA

FILHO NASCIDO VIVO

Entendeu-se como filho nascido vivo aquele que, após a expulsão ou extração completa do corpo materno, independentemente do tempo de duração da gestação, manifestou algum sinal de vida (respiração, choro, movimentos de músculos de contração voluntária, batimento cardíaco etc.), ainda que tenha falecido em seguida.

FILHO NASCIDO MORTO

Entendeu-se como filho nascido morto aquele, resultante de sete meses ou mais de gestação, que faleceu antes da completa expulsão ou extração do corpo materno, ou seja, ao ser separado do corpo materno não manifestou qualquer sinal de vida (respiração, choro, movimentos de músculos de contração voluntária, batimento cardíaco etc.).

INFORMANTE

Para as características de fecundidade feminina foi captado se as informações da pessoa pesquisada foram prestadas pela própria, por outro morador ou por não morador da unidade domiciliar.

CARACTERÍSTICAS DE MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL

LUGAR DE RESIDÊNCIA QUANDO A PESSOA TINHA 15 ANOS DE IDADE

Investigou-se o lugar (Unidade da Federação ou país estrangeiro) em que a pessoa residia quando tinha 15 anos de idade.

RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DA CAPITAL DO ESTADO

Para a pessoa que morava no Brasil (exceto no Distrito Federal) quando tinha 15 anos de idade, foi investigado se, nessa ocasião, residia no município da capital do Estado.

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO DE RESIDÊNCIA QUANDO A PESSOA TINHA 15 ANOS DE IDADE

Para a pessoa que morava no Brasil quando tinha 15 anos de idade, pesquisou-se a situação do domicílio (urbana ou rural) em que residia nessa ocasião.

PRIMEIRO TRABALHO

Para a pessoa ocupada na semana de referência ou que já trabalhou anteriormente, pesquisou-se características do primeiro trabalho teve.

Para a pessoa que trabalhou pela primeira vez, começando no mesmo dia em mais de um empreendimento, adotaram-se os seguintes critérios, obedecendo à ordem enumerada, para definir o primeiro trabalho:

- 1º) o primeiro trabalho foi aquele em que a pessoa teve mais tempo de permanência nos primeiros 365 dias em que trabalhou;
- 2º) em caso de igualdade nesse tempo de permanência, o trabalho remunerado teve, sempre, prioridade sobre o sem remuneração na definição do primeiro trabalho; e
- 3º) dentre os trabalhos remunerados com mesmo tempo de permanência nos primeiros 365 dias em que a pessoa trabalhou, o primeiro trabalho foi aquele ao qual a pessoa normalmente dedicava maior número de horas semanais. Este mesmo critério foi adotado quando a pessoa houvesse tido somente trabalhos

sem remuneração com mesmo tempo de permanência nesse período.

CARACTERÍSTICAS DO PRIMEIRO TRABALHO

Foram pesquisadas as seguintes características relacionadas ao primeiro trabalho que a pessoa teve: ocupação, atividade do empreendimento, posição na ocupação e categoria do emprego.

Para a pessoa que mudou de ocupação no primeiro trabalho, considerou-se a primeira ocupação que exerceu nesse trabalho.

PAI

Entendeu-se como pai o homem (pai, padrasto, pai adotivo, pai de criação, outro parente ou não parente) responsável, de fato, pela criação da pessoa, ou seja, aquele que exercia as funções de pai, mesmo que não fosse o genitor da pessoa. Para a pessoa que teve mais de um homem responsável pela sua criação, considera-se como pai aquele que tinha esta função, durante mais tempo, enquanto a pessoa estava com 15 anos de idade, e ambos moravam no mesmo domicílio.

MÃE

Entendeu-se como mãe a mulher (mãe, madrasta, mãe adotiva, mãe de criação, parenta ou não parenta) responsável, de fato, pela criação da pessoa, ou seja, aquela que exercia as funções de mãe, mesmo que não fosse a genitora da pessoa. Para a pessoa que teve mais de uma mulher responsável pela sua criação, considerou-se como mãe aquela que tinha esta função, durante mais tempo, enquanto a pessoa estava com 15 anos de idade, e ambas moravam no mesmo domicílio.

CONDIÇÃO DE RESIDÊNCIA COM O PAI E COM A MÃE E CARACTERÍSTICAS DE EDUCAÇÃO E TRABALHO DO PAI E DA MÃE QUANDO A PESSOA TINHA 15 ANOS DE IDADE

As investigações sobre a condição de residência com o pai e as características de educação e trabalho do pai foram igualmente pesquisadas para a mãe.

CONDIÇÃO DE RESIDÊNCIA COM O PAI (A MÃE) QUANDO A PESSOA TINHA 15 ANOS DE IDADE

Foi pesquisado se a pessoa, quando tinha 15 anos de idade, residia com o pai (a mãe).

Para a pessoa que residia com o pai (mãe) quando tinha 15 anos de idade, foram investigadas as características de educação e trabalho do pai (mãe).

CONDIÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO DO PAI (DA MÃE) QUANDO A PESSOA TINHA 15 ANOS DE IDADE

Foi pesquisado se, quando a pessoa tinha 15 anos de idade, o pai (a mãe), com quem residia, era alfabetizado(a) ou não alfabetizado(a).

CURSO DE NÍVEL MAIS ELEVADO QUE O PAI (A MÃE) JÁ HAVIA FREQUENTADO QUANDO A PESSOA TINHA 15 ANOS DE IDADE

Foi pesquisado, para a pessoa que residia com o pai (a mãe) quando tinha 15 anos de idade, o curso mais elevado que o pai (a mãe) já havia frequentado até essa ocasião. Foi investigado, também, se o pai (a mãe) já havia concluído este curso, na ocasião em que a pessoa tinha 15 anos de idade. No caso de não ter terminado, se havia concluído pelo menos a primeira série deste curso.

O curso mais elevado que o pai (a mãe) já havia frequentado até a ocasião em que a pessoa tinha 15 anos de idade foi classificado em: maternal ou jardim de infância; classe de alfabetização; alfabetização de jovens e adultos; primário (elementar); ginásial (médio primeiro ciclo); científico, clássico, colegial ou normal (médio segundo ciclo); ensino fundamental ou primeiro grau; ensino médio ou segundo grau; superior de graduação; mestrado ou doutorado; nenhum; ou não sabia (no caso em que a pessoa não sabia esta informação).

NÍVEL DE INSTRUÇÃO DO PAI (DA MÃE) QUANDO A PESSOA TINHA 15 ANOS DE IDADE

Para a pessoa que residia com o pai (a mãe), quando tinha 15 anos de idade, o nível de instrução do pai (da mãe) foi obtido em função do grau ou nível mais elevado que havia frequentado e da sua conclusão ou do término da sua primeira série com aprovação, nessa ocasião, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o vigente. O nível

de instrução que o pai (a mãe) havia alcançado quando a pessoa tinha 15 anos de idade foi classificado em:

Sem instrução - Quando o pai (a mãe), nessa ocasião: a) nunca havia frequentado escola; b) havia frequentado, no máximo, o maternal ou jardim de infância, a classe de alfabetização ou o curso de alfabetização de jovens e adultos; ou c) havia frequentado, mas não concluído, a 1ª série do elementar, primeiro grau ou ensino fundamental;

Fundamental incompleto - Quando o pai (a mãe), nessa ocasião: a) havia concluído, no mínimo, a 1ª série do elementar, sendo este o curso mais elevado que havia frequentado; ou b) havia concluído, no mínimo, a 1ª série do médio primeiro ciclo, do primeiro grau ou do ensino fundamental, mas não havia terminado o curso;

Fundamental completo - Quando pai (a mãe), nessa ocasião: a) havia frequentado, no máximo, o médio 1º ciclo, o primeiro grau ou o ensino fundamental e havia concluído este curso; ou b) havia frequentado, mas não concluído, a 1ª série do médio segundo ciclo, do segundo grau ou do ensino médio;

Médio incompleto - Quando o pai (a mãe), nessa ocasião, havia concluído, no mínimo, a 1ª série do médio segundo ciclo, o segundo grau ou o ensino médio, mas não havia terminado o curso;

Médio completo - Quando o pai (a mãe), nessa ocasião: a) havia frequentado, no máximo, o médio segundo ciclo, o segundo grau ou o ensino médio e havia concluído este curso; ou b) havia frequentado, mas não concluído, a 1ª série de curso superior;

Superior incompleto - Quando o pai (a mãe), nessa ocasião, havia concluído, no mínimo, a 1ª série de curso superior, mas não havia terminado este curso;

Superior completo - Quando o pai (a mãe), nessa ocasião: a) havia frequentado, no máximo, curso superior de graduação e havia concluído este curso; ou b) havia frequentado curso de mestrado ou doutorado; ou

Não sabia - Quando a pessoa que não soube informar o nível de instrução do pai (da mãe).

PAI OCUPADO (MÃE OCUPADA) QUANDO A PESSOA TINHA 15 ANOS DE IDADE

Foi investigado se, quando a pessoa tinha 15 anos de idade, o pai (a mãe), com que residia, tinha algum trabalho.

TRABALHO PRINCIPAL DO PAI (DA MÃE) QUANDO A PESSOA TINHA 15 ANOS DE IDADE

Considerou-se como principal o único trabalho que o pai (a mãe) teve enquanto a pessoa tinha 15 anos de idade e residiam juntos. No caso do pai (da mãe) que teve mais de um trabalho enquanto a pessoa tinha 15 anos de idade, adotaram-se os seguintes critérios, obedecendo à ordem enumerada, para definir o trabalho principal do pai (da mãe):

- 1º) O trabalho no qual o pai (a mãe) teve mais tempo de permanência no período dos 365 dias em que a pessoa tinha 15 anos de idade foi considerado como principal;
- 2º) Em caso de igualdade no tempo de permanência no período dos 365 dias em que a pessoa tinha 15 anos de idade, o trabalho remunerado teve prioridade sobre o não remunerado na definição do trabalho principal do pai (da mãe). Dentre os trabalhos remunerados com mesmo tempo de permanência no período dos 365 dias em que a pessoa tinha 15 anos de idade, considerou-se como principal aquele ao qual o pai (a mãe) normalmente dedicava maior número de horas semanais. Este mesmo critério foi adotado quando o pai (a mãe) houvesse tido somente trabalhos sem remuneração com mesmo tempo de permanência nesse período.

CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DO PAI (DA MÃE) QUANDO A PESSOA TINHA 15 ANOS DE IDADE

Foram pesquisadas as seguintes características relacionadas ao trabalho principal do pai (da mãe), quando pessoa tinha 15 anos de idade e residiam juntos: ocupação, atividade do empreendimento, posição na ocupação e categoria do emprego.

CARACTERÍSTICAS DE EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a educação profissional e tecnológica abrange os seguintes cursos:

- I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - de educação profissional técnica de nível médio;

III - de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA

Os cursos superiores de tecnologia são cursos de educação superior de graduação, portanto, têm como pré-requisito a conclusão do ensino médio ou equivalente (2º grau ou médio 2º ciclo) e com ingresso via classificação em processo seletivo. Focados em determinadas áreas profissionais, respondem às demandas do mundo do trabalho e do desenvolvimento tecnológico. Conferem o diploma de tecnólogo, possuem legislação própria e diretrizes curriculares específicas, só podendo ser ministrados por escola devidamente credenciada pelo poder público.

CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Os cursos técnicos de nível médio são cursos de educação profissional, ministrados por escolas devidamente credenciadas pelo poder público. Conferem diploma de técnico de nível médio, possuem legislação própria e diretrizes curriculares específicas, só podendo ser ministrados por escola devidamente credenciada pelo poder público.

A educação profissional técnica de nível médio é desenvolvida nas seguintes formas:

I - articulada com o ensino médio:

- a) integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;
- b) concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis.

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA)

Curso de formação para o exercício de uma atividade profissional, também chamado de curso de formação inicial e continuada. Os cursos de qualificação profissional podem ser ofertados na escola ou por outros tipos de instituição, tais como: igrejas, organizações não governamentais - ONG, sindicatos, associações etc. Esses cursos têm duração variável, conferem certificado de participação, podem ser oferecidos em todos os níveis de escolaridade e serem realizados, dependendo do curso, sem exigência de escolarização. Sua proposta é qualificar o profissional para o trabalho em determinada ocupação, sem aumento de seu nível de escolaridade.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - EAD

Na modalidade de Educação a Distância - EAD a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (Decreto 5.622/2005). No entanto, a educação a distância prevê a ocorrência de atividades presenciais.

FREQUÊNCIA A CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA

Para o estudante de curso superior de graduação foi investigado se este curso era superior de tecnologia. Para o estudante que frequentava curso superior de tecnologia foram pesquisadas características relacionadas a este curso.

CLASSIFICAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA QUE FREQUENTAVA

O curso superior de tecnologia que o estudante frequentava foi classificado de acordo com os eixos tecnológicos que estruturam a organização dos cursos superiores de tecnologia e que são: ambiente e saúde; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; militar; produção alimentícia; produção cultural e *design*; produção industrial; recursos naturais; segurança; e turismo, hospitalidade e lazer.

No Anexo VIII, encontra-se a composição dos eixos tecnológicos dos cursos superiores de tecnologia.

MODALIDADE DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA QUE FREQUENTAVA

Foi pesquisado se o curso superior de tecnologia que a pessoa frequentava era na modalidade presencial e ou a distância.

TURNO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA QUE FREQUENTAVA

Foi investigado se a realização das aulas do curso superior de tecnologia que a pessoa frequentava na modalidade presencial era:

Somente de manhã - quando o curso era realizado somente no turno da manhã (matutino);

Somente de tarde - quando o curso era realizado somente no turno da tarde (vespertino);

Somente de noite - quando o curso era realizado somente no turno da noite (noturno);

Parte de manhã e parte de tarde - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividade obrigatórias envolvendo o turno da manhã (matutino) e o turno da tarde (vespertino);

Parte de tarde e parte de noite - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividade obrigatórias envolvendo o turno da tarde (vespertino) e o da noite (noturno); ou

Parte de manhã e parte de noite - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividade obrigatórias envolvendo o turno da manhã (matutino) e o da noite (noturno).

REDE DE ENSINO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA QUE FREQUENTAVA

Foi investigado se a instituição de ensino do curso superior de tecnologia que a pessoa frequentava pertencia à rede pública (federal, estadual ou municipal) ou particular.

RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA QUE FREQUENTAVA

Para a pessoa que frequentava curso superior de tecnologia da rede particular, foi pesquisado o responsável pelo pagamento do curso, classificado em: própria pessoa ou algum parente; órgão do governo (federal, estadual ou municipal); empreendimento em que trabalhava; própria instituição; ou outro.

EXISTÊNCIA DE ALGUMA DIFICULDADE PARA FREQUENTAR O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA

Foi pesquisado se a pessoa enfrentava alguma dificuldade para frequentar o curso superior de tecnologia.

DIFICULDADE PARA FREQUENTAR O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA

Para a pessoa que enfrentava alguma dificuldade para frequentar o curso superior de tecnologia, aquela que considerava como principal foi classificada em:

Dificuldade financeira - para a pessoa que enfrentava falta de recursos financeiros para frequentar o curso;

Dificuldade de acesso ao local do curso - para a pessoa enfrentava dificuldade de acesso ao local do curso por este ser longe do seu domicílio ou do seu trabalho;

Dificuldade de cumprir o horário do curso devido às atividades ou problemas domésticos - para a pessoa enfrentava dificuldade de cumprir o horário do curso devido às atividades domésticas ou por estar com problemas domésticos;

Dificuldade de cumprir o horário do curso devido ao trabalho ou outro impedimento - para a pessoa que enfrentava dificuldade de conciliar horário do curso com o do trabalho ou com o de outro impedimento, distinto dos anteriores;

Falta de tempo para estudar devido às atividades ou problemas domésticos - para a pessoa enfrentava dificuldade de falta de tempo para estudar devido às atividades domésticas ou por estar com problemas domésticos;

Falta de tempo para estudar devido ao trabalho ou outro

impedimento - para a pessoa enfrentava dificuldade de falta de tempo para estudar devido ao trabalho ou outro impedimento, distinto dos anteriores;

Dificuldade em acompanhar as aulas porque o curso é muito difícil - para a pessoa enfrentava dificuldade em acompanhar as aulas devido ao curso ser muito difícil;

Insatisfação devido ao nível do curso ser menor do que o esperado - para a pessoa cuja dificuldade que enfrentava era a insatisfação porque o nível do curso era menor do que esperado; ou

Outra - para a pessoa enfrentava dificuldade distinta das anteriormente descritas.

FREQUÊNCIA ANTERIORMENTE A CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA

Para o estudante de curso de mestrado ou doutorado e para a pessoa que não frequentava escola, mas frequentou anteriormente curso superior de graduação, mestrado ou doutorado, foi pesquisado se o curso superior de graduação que frequentou anteriormente era de tecnologia. Para a pessoa que frequentou anteriormente curso superior de tecnologia foram pesquisadas características relacionadas a este curso.

CLASSIFICAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA FREQUENTADO ANTERIORMENTE

O curso superior de tecnologia que a pessoa frequentou anteriormente foi classificado de acordo com os eixos tecnológicos que estruturam a organização dos cursos superiores de tecnologia e que são: ambiente e saúde; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; militar; produção alimentícia; produção cultural e *design*; produção industrial; recursos naturais; segurança; e turismo, hospitalidade e lazer.

No Anexo VIII, encontra-se a composição dos eixos tecnológicos dos cursos superiores de tecnologia.

MODALIDADE DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Foi pesquisado se o curso superior de tecnologia que a pessoa frequentou anteriormente era na modalidade presencial e ou a distância.

TURNO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Foi investigado se a realização das aulas do curso superior de tecnologia que a pessoa frequentou anteriormente na modalidade presencial era:

Somente de manhã - quando o curso era realizado somente no turno da manhã (matutino);

Somente de tarde - quando o curso era realizado somente no turno da tarde (vespertino);

Somente de noite - quando o curso era realizado somente no turno da noite (noturno);

Parte de manhã e parte de tarde - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividade obrigatórias envolvendo o turno da manhã (matutino) e o turno da tarde (vespertino);

Parte de tarde e parte de noite - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividade obrigatórias envolvendo o turno da tarde (vespertino) e o da noite (noturno); ou

Parte de manhã e parte de noite - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividade obrigatórias envolvendo o turno da manhã (matutino) e o da noite (noturno).

REDE DE ENSINO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Foi investigado se a instituição de ensino do curso superior de tecnologia que a pessoa frequentou anteriormente pertencia à rede pública (federal, estadual ou municipal) ou particular.

RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Para a pessoa que frequentou anteriormente curso superior de tecnologia da rede particular, foi pesquisado o responsável pelo pagamento do curso, classificado em: própria pessoa ou algum parente; órgão do governo (federal, estadual ou municipal); empreendimento em que trabalhava; própria instituição; ou outro.

CONCLUSÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Foi pesquisado se o curso superior de tecnologia que a pessoa frequentou anteriormente foi concluído, com aprovação.

MOTIVO DE NÃO TER CONCLUÍDO O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Para a pessoa que não concluiu o curso superior de tecnologia que frequentou anteriormente, o motivo que considerava principal para não o ter concluído foi classificado em:

Dificuldade financeira - para a pessoa que não concluiu o curso por falta de recursos financeiros;

Dificuldade de acesso ao local do curso - para a pessoa que não concluiu o curso por este estar em local que era longe do seu domicílio ou do seu trabalho;

Dificuldade de cumprir o horário do curso devido às atividades ou problemas domésticos - para a pessoa que não concluiu o curso devido às atividades domésticas ou por problemas domésticos;

Dificuldade de cumprir o horário do curso devido ao trabalho ou outro impedimento - para a pessoa que não concluiu o curso devido à dificuldade de conciliar o horário do curso com o do trabalho ou com o de outro impedimento, distinto dos anteriores;

Falta de tempo para estudar devido às atividades ou problemas domésticos - para a pessoa que não concluiu o curso por falta de tempo para estudar devido às atividades domésticas ou por problemas domésticos;

Falta de tempo para estudar devido ao trabalho ou outro impedimento - para a pessoa que não concluiu o curso por falta de tempo para estudar devido ao trabalho ou outro impedimento distinto dos anteriores;

Dificuldade em acompanhar as aulas do curso por ser muito difícil - para a pessoa que não concluiu o curso devido a ter dificuldade de acompanhar as aulas porque o curso era muito difícil;

Falta de motivação porque o curso não trazia o conhecimento que esperava - para a pessoa que não concluiu o curso por falta de motivação

devido ao curso não trazer o conhecimento que esperava;

Problema de saúde ou deficiência (física ou mental) da própria pessoa - para a pessoa que não concluiu o curso devido a algum problema de saúde ou deficiência (física ou mental); ou

Outro - para a pessoa que não concluiu o curso por motivo distinto dos anteriormente descritos.

EXERCÍCIO DE TRABALHO NA ÁREA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA CONCLUÍDO

Foi investigado se a pessoa trabalhava na área do curso superior de tecnologia que concluiu e, para a que não trabalhava, se anteriormente já havia trabalhado na área deste curso.

MOTIVO DE TER CONSEGUIDO TRABALHO NA ÁREA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA CONCLUÍDO

Para a pessoa que trabalhava ou já trabalhou na área curso superior de tecnologia que concluiu, o motivo que considerava como mais importante para ter conseguido esse trabalho foi classificado em: diploma do curso; conteúdo do curso; estágio do curso; orientação para abertura do próprio negócio; orientação para encontrar trabalho na área em que se qualificou; ou outro.

MOTIVO DE NUNCA TER TRABALHO NA ÁREA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA CONCLUÍDO

O motivo que a pessoa considerava como principal para nunca ter trabalhado na área do curso superior de tecnologia que concluiu foi classificado em: falta de vaga para trabalhar na área do curso; curso não preparou bem para o trabalho; exigência de experiência na área; não ter conseguido formar o próprio negócio na área; falta de aceitação do diploma; ter conseguido emprego em outra área; continuar os estudos; falta de interesse em trabalhar na área; problema doméstico; problema de saúde ou deficiência (física ou mental) da própria pessoa; ou outro.

FREQUÊNCIA A CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Para a pessoa de 15 anos ou mais de idade que era estudante de curso de ensino médio, regular ou de educação de jovens e adultos, foi pesquisado se este curso era técnico de nível médio. Para a pessoa que

frequentava curso técnico de nível médio foram pesquisadas características relacionadas a este curso.

CLASSIFICAÇÃO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO QUE FREQUENTAVA

O curso técnico de nível médio que o estudante frequentava foi classificado segundo os eixos tecnológicos que estruturam a organização dos cursos técnicos de nível médio e que são: ambiente e saúde; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; militar; produção alimentícia; produção cultural e *design*; produção industrial; recursos naturais; segurança; e turismo, hospitalidade e lazer.

No Anexo VIII, encontra-se a composição dos eixos tecnológicos dos cursos técnicos de nível médio.

MODALIDADE DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO QUE FREQUENTAVA

Foi pesquisado se o curso técnico de nível médio que a pessoa frequentava era na modalidade presencial e ou a distância.

TURNO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO QUE FREQUENTAVA

Foi investigado se a realização as aulas do curso técnico de nível médio que a pessoa frequentava na modalidade presencial era:

Somente de manhã - quando o curso era realizado somente no turno da manhã (matutino);

Somente de tarde - quando o curso era realizado somente no turno da tarde (vespertino);

Somente de noite - quando o curso era realizado somente no turno da noite (noturno);

Parte de manhã e parte de tarde - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividade obrigatórias envolvendo o turno da manhã (matutino) e o turno da tarde (vespertino);

Parte de tarde e parte de noite - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividade obrigatórias envolvendo o turno da tarde (vespertino) e o da noite (noturno); ou

Parte de manhã e parte de noite - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividade obrigatórias envolvendo o turno da manhã (matutino) e o da noite (noturno).

Sistema S

Conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que, além de terem seu nome geralmente iniciado com a letra S (com uma exceção), têm raízes comuns e características organizacionais similares. As organizações que fazem parte do sistema S são: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Serviço Social do Comércio - SESC; Serviço Social da Indústria - SESI; e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes - SENAT; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP; Serviço Social de Transporte - SEST; Instituto Euvaldo Lodi - IEL; e Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

REDE DE ENSINO E TIPO DE INSTITUIÇÃO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO QUE FREQUENTAVA

Foi investigado se a instituição do curso técnico de nível médio que a pessoa frequentava era:

Vinculada ao Sistema S - para o curso oferecido por qualquer instituição de ensino do Sistema S (como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT);

Pública (federal, estadual ou municipal) - para o curso oferecido pela rede pública de ensino (federal, estadual ou municipal);

Particular - para o curso oferecido pela rede privada de ensino, exceto o vinculado ao Sistema S ou a instituição beneficente ou filantrópica;

Beneficente ou filantrópica - para o curso oferecido por instituição beneficente ou filantrópica.

RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL

MÉDIO QUE FREQUENTAVA

Para a pessoa que frequentava curso técnico de nível médio, exceto para a que cursava em instituição da rede pública, foi pesquisado o responsável pelo pagamento do curso, classificado em: própria pessoa ou algum parente; órgão do governo (federal, estadual ou municipal); empreendimento em que trabalhava; própria instituição; ou outro.

VINCULAÇÃO AO PRONATEC DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO QUE FREQUENTAVA

Foi investigado se o curso técnico de nível médio que a pessoa frequentava era oferecido pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

FORMA DO ENSINO TÉCNICO QUE FREQUENTAVA

O curso técnico de nível médio que a pessoa frequentava foi classificado, quanto à forma em:

Após a conclusão do ensino médio (forma subsequente) - quando a educação profissional técnica de nível médio é realizada após a conclusão de curso de ensino médio ou equivalente (segundo grau ou médio segundo ciclo);

No mesmo curso do ensino médio regular (forma integrada ao ensino médio regular - uma matrícula) - quando a educação profissional técnica de nível médio é ministrada integrada ao ensino médio regular no mesmo curso;

No mesmo curso do ensino médio de educação de jovens e adultos - EJA (forma integrada ao ensino médio regular - uma matrícula) - quando a educação profissional técnica de nível médio é ministrada integrada ao ensino médio de educação de jovens e adultos - EJA;

O ensino médio regular é realizado em um curso e o técnico em outro (concomitante com o ensino médio regular - duas matrículas) - quando, concomitantemente, a educação profissional técnica de nível médio é ministrada em um curso e o ensino médio regular em outro curso, na mesma instituição ou em outra;

O ensino médio de educação de jovens e adultos - EJA é realizado em um curso e o técnico em outro (concomitante com o ensino médio de educação de jovens e adultos - duas matrículas) - quando, concomitantemente, a educação técnica de nível médio é ministrada em

um curso e o ensino médio de educação de jovens e adultos em outro curso, na mesma instituição ou em outra.

EXISTÊNCIA DE ALGUMA DIFICULDADE PARA FREQUENTAR O CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Foi pesquisado se a pessoa enfrentava alguma dificuldade para frequentar o curso técnico de nível médio.

DIFICULDADE PARA FREQUENTAR O CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Para a pessoa que enfrentava alguma dificuldade para frequentar o curso técnico de nível médio, aquela que considerava como principal foi classificada em:

Dificuldade financeira - para a pessoa que enfrentava falta de recursos financeiros para frequentar o curso;

Dificuldade de acesso ao local do curso - para a pessoa enfrentava dificuldade de acesso ao local do curso por este ser longe do seu domicílio ou do seu trabalho;

Dificuldade de cumprir o horário do curso devido às atividades ou problemas domésticos - para a pessoa enfrentava dificuldade de cumprir o horário do curso devido às atividades domésticas ou por estar com problemas domésticos;

Dificuldade de cumprir o horário do curso devido ao trabalho ou outro impedimento - Para a pessoa que enfrentava dificuldade de conciliar horário do curso com o do trabalho ou com o de outro impedimento, distinto dos anteriores;

Falta de tempo para estudar devido às atividades ou problemas domésticos - para a pessoa enfrentava dificuldade de falta de tempo para estudar devido às atividades domésticas ou por estar com problemas domésticos;

Falta de tempo para estudar devido ao trabalho ou outro impedimento - para a pessoa enfrentava dificuldade de falta de tempo para estudar devido ao trabalho ou outro impedimento, distinto dos anteriores;

Dificuldade em acompanhar as aulas porque o curso é muito difícil - para a pessoa enfrentava dificuldade de acompanhar as aulas devido ao curso ser muito difícil;

Insatisfação devido ao nível do curso ser menor do que o esperado - para a pessoa cuja dificuldade que enfrentava era a insatisfação porque o nível do curso era menor do que esperado; ou

Outra - para a pessoa enfrentava dificuldade distinta das anteriormente descritas.

FREQUÊNCIA ANTERIORMENTE A CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO OU EQUIVALENTE

Para a pessoa de 15 anos ou mais de idade que era estudante de curso de pré-vestibular, superior de graduação, mestrado ou doutorado, ou que não frequentava escola, mas frequentou anteriormente curso de ensino médio ou equivalente (segundo grau ou médio segundo ciclo), superior de graduação, mestrado ou doutorado, foi pesquisado se frequentou anteriormente curso técnico de ensino médio ou equivalente. Para a pessoa que frequentou anteriormente curso técnico de nível médio, foram pesquisadas características relacionadas a este curso.

CLASSIFICAÇÃO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO OU EQUIVALENTE FREQUENTADO ANTERIORMENTE

O curso técnico de nível médio ou equivalente que a pessoa frequentou anteriormente foi classificado segundo os eixos tecnológicos que estruturam a organização dos cursos técnicos de nível médio e que são: ambiente e saúde; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; militar; produção alimentícia; produção cultural e *design*; produção industrial; recursos naturais; segurança; e turismo, hospitalidade e lazer.

No Anexo VIII, encontra-se a composição dos eixos tecnológicos dos cursos técnicos de nível médio.

MODALIDADE DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO OU EQUIVALENTE FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Foi pesquisado se o curso técnico de nível médio ou equivalente que a pessoa frequentou anteriormente era na modalidade presencial e ou à distância.

TURNO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO OU EQUIVALENTE FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Foi investigado se a realização das aulas do curso técnico de nível médio ou equivalente que a pessoa frequentou anteriormente na modalidade presencial era:

Somente de manhã - quando o curso era realizado somente no turno da manhã (matutino);

Somente de tarde - quando o curso era realizado somente no turno da tarde (vespertino);

Somente de noite - quando o curso era realizado somente no turno da noite (noturno);

Parte de manhã e parte de tarde - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividades obrigatórias envolvendo o turno da manhã (matutino) e o turno da tarde (vespertino);

Parte de tarde e parte de noite - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividades obrigatórias envolvendo o turno da tarde (vespertino) e o da noite (noturno); ou

Parte de manhã e parte de noite - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividades obrigatórias envolvendo o turno da manhã (matutino) e o da noite (noturno).

REDE DE ENSINO E TIPO DE INSTITUIÇÃO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO OU EQUIVALENTE FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Foi investigado se a instituição do curso técnico de nível médio que a pessoa frequentou anteriormente era:

Vinculada ao Sistema S - para o curso oferecido por qualquer instituição de ensino do Sistema S (como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT);

Pública (federal, estadual ou municipal) - para o curso oferecido pela rede pública de ensino (federal, estadual ou municipal);

Particular - para o curso oferecido pela rede privada de ensino, exceto o vinculado ao Sistema S ou a instituição beneficente ou filantrópica;

Beneficente ou filantrópica - para o curso oferecido por instituição

beneficente ou filantrópica.

RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO OU EQUIVALENTE FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Para a pessoa que frequentou anteriormente curso técnico de nível médio ou equivalente, exceto para a que o cursou em instituição da rede pública, foi pesquisado o responsável pelo pagamento do curso, classificado em: própria pessoa ou algum parente; órgão do governo (federal, estadual ou municipal); empreendimento em que trabalhava; própria instituição; ou outro.

ANO DE INÍCIO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO OU EQUIVALENTE FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Pesquisou-se o ano em que a pessoa iniciou o curso técnico de nível médio ou equivalente que frequentou anteriormente, classificado em: até 2006, 2007 a 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

VINCULAÇÃO AO PRONATEC DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Foi investigado se o curso técnico de nível médio que a pessoa frequentou anteriormente e que teve início de 2011 a 2014, foi oferecido pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

FORMA DO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO FREQUENTADO ANTERIORMENTE

O curso técnico de nível médio ou equivalente que a pessoa frequentou anteriormente foi classificado, quanto à forma, em:

Após a conclusão do ensino médio (forma subsequente) - quando a educação profissional técnica de nível médio é realizada após a conclusão de curso de ensino médio ou equivalente (segundo grau ou médio segundo ciclo);

No mesmo curso do ensino médio regular (forma integrada ao ensino médio regular - uma matrícula) - quando a educação profissional técnica de nível médio é ministrada integrada ao ensino médio regular no mesmo curso;

No mesmo curso do ensino médio de educação de jovens e adultos
- **EJA** (forma integrada ao ensino médio regular - uma matrícula) - quando a educação profissional técnica de nível médio é ministrada integrada ao ensino médio de educação de jovens e adultos - EJA;

O ensino médio regular é realizado em um curso e o técnico em outro (concomitante com o ensino médio regular - duas matrículas) - quando, concomitantemente, a educação profissional técnica de nível médio é ministrada em um curso e o ensino médio regular em outro curso, na mesma instituição ou em outra;

O ensino médio de educação de jovens e adultos - EJA é realizado em um curso e o técnico em outro (concomitante com o ensino médio de educação de jovens e adultos - duas matrículas) - quando, concomitantemente, a educação técnica de nível médio é ministrada em um curso e o ensino médio de educação de jovens e adultos em outro curso, na mesma instituição ou em outra.

CONCLUSÃO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO OU EQUIVALENTE FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Foi pesquisado se o curso técnico de ensino médio ou equivalente que a pessoa frequentou anteriormente foi concluído, com aprovação.

MOTIVO DE NÃO TER CONCLUÍDO O CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO OU EQUIVALENTE FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Para a pessoa que não concluiu o curso técnico de nível médio ou equivalente que frequentou anteriormente, o motivo que considerava principal para não o ter concluído foi classificado em:

Dificuldade financeira - para a pessoa que não concluiu o curso por falta de recursos financeiros;

Dificuldade de acesso ao local do curso - para a pessoa que não concluiu o curso por este estar em local que era longe do seu domicílio ou do seu trabalho;

Dificuldade de cumprir o horário do curso devido às atividades ou problemas domésticos - para a pessoa que não concluiu o curso devido às atividades domésticas ou por problemas domésticos;

Dificuldade de cumprir o horário do curso devido às atividades ou problemas domésticos - para a pessoa que não concluiu o curso devido à dificuldade de conciliar o horário do curso com o do trabalho ou com o de

outro impedimento, distinto dos anteriores;

Falta de tempo para estudar devido às atividades ou problemas domésticos - para a pessoa que não concluiu o curso por falta de tempo para estudar devido às atividades domésticas ou por problemas domésticos;

Falta de tempo para estudar devido ao trabalho ou outro impedimento - para a pessoa que não concluiu o curso por falta de tempo para estudar devido ao trabalho ou outro impedimento distinto dos anteriores;

Dificuldade em acompanhar as aulas do curso por ser muito difícil - para a pessoa que não concluiu o curso devido a ter dificuldade de acompanhar as aulas porque o curso era muito difícil;

Falta de motivação porque o curso não trazia o conhecimento que esperava - para a pessoa que não concluiu o curso por falta de motivação devido ao curso não trazer o conhecimento que esperava;

Problema de saúde ou deficiência (física ou mental) da própria pessoa - para a pessoa que não concluiu o curso devido a algum problema de saúde ou deficiência (física ou mental); ou

Outro - para a pessoa que não concluiu o curso por motivo distinto dos anteriormente descritos.

EXERCÍCIO DE TRABALHO NA ÁREA DO CURSO DE TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO OU EQUIVALENTE CONCLUÍDO

Foi investigado se a pessoa trabalhava na área curso técnico de nível médio ou equivalente que concluiu e, para a que não trabalhava, se anteriormente já havia trabalhado na área deste curso.

MOTIVO DE TER CONSEGUIDO TRABALHO NA ÁREA DO CURSO DE TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO OU EQUIVALENTE CONCLUÍDO

Para a pessoa que trabalhava ou já trabalhou na área curso técnico de nível médio ou equivalente que concluiu, o motivo que considerava como mais importante para ter conseguido esse trabalho foi classificado em: diploma do curso; conteúdo do curso; estágio do curso; orientação para abertura do próprio negócio; orientação para encontrar trabalho na área em que se qualificou; outro.

ENCAMINHAMENTO OFERECIDO PELA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARA CONSEGUIR TRABALHO NA ÁREA DO CURSO DE TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO OU EQUIVALENTE CONCLUÍDO

Para a pessoa que trabalhava ou trabalhou na área do curso técnico de nível médio ou equivalente que concluiu, foi pesquisado se a instituição em que frequentou este curso oferecia algum encaminhamento que ajudasse a conseguir trabalho. No caso em que a instituição oferecia algum encaminhamento, aquele que a pessoa considerava como principal foi classificado em: entidade que intermediava vagas e estágios; Sistema Nacional do Emprego - SINE; diretamente para processos seletivos de empresas; entidade de apoio ao microempreendedor; ou outro.

MOTIVO DE NUNCA TER TRABALHO NA ÁREA DO CURSO DE TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO OU EQUIVALENTE CONCLUÍDO

O motivo que a pessoa considerava como principal para nunca ter trabalhado na área do curso técnico de nível médio ou equivalente que concluiu foi classificado em: falta de vaga para trabalhar na área do curso; curso não preparou bem para o trabalho; exigência de experiência na área; não ter conseguido formar o próprio negócio na área; falta de aceitação do diploma; ter conseguido emprego em outra área; continuar os estudos; falta de interesse em trabalhar na área; problema doméstico; problema de saúde ou deficiência (física ou mental) da própria pessoa; ou outro.

FREQUÊNCIA A CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA)

Para a pessoa de 15 anos ou mais de idade, exceto para a que era estudante de curso de mestrado ou doutorado ou frequentou anteriormente curso de mestrado ou doutorado, foi pesquisado se frequentava curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada). Para a pessoa que frequentava curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) foram pesquisadas características relacionadas a este curso.

CLASSIFICAÇÃO DO CURSO QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) QUE FREQUENTAVA

O curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que a pessoa frequentava foi classificado de acordo com os eixos tecnológicos que estruturam a organização dos cursos de formação inicial e continuada: ambiente e saúde; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social; gestão e negócios; informação e

comunicação; infraestrutura; produção alimentícia; produção cultural e *design*; produção industrial; recursos naturais; segurança; e turismo, hospitalidade e lazer.

No Anexo VIII, encontra-se a composição dos eixos tecnológicos dos cursos de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada).

MODALIDADE DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) QUE FREQUENTAVA

Foi pesquisado se o curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que a pessoa frequentava era na modalidade presencial e ou a distância.

TURNO DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) QUE FREQUENTAVA

Foi investigado se a realização das aulas do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que a pessoa frequentava na modalidade presencial era:

Somente de manhã - quando o curso era realizado somente no turno da manhã (matutino);

Somente de tarde - quando o curso era realizado somente no turno da tarde (vespertino);

Somente de noite - quando o curso era realizado somente no turno da noite (noturno);

Parte de manhã e parte de tarde - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividade obrigatórias envolvendo o turno da manhã (matutino) e o turno da tarde (vespertino);

Parte de tarde e parte de noite - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividade obrigatórias envolvendo o turno da tarde (vespertino) e o da noite (noturno); ou

Parte de manhã e parte de noite - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividade obrigatórias envolvendo o turno da manhã (matutino) e o da noite (noturno).

REDE DE ENSINO E TIPO DE INSTITUIÇÃO DO CURSO DE

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) QUE FREQUENTAVA

Foi investigado se a instituição do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que a pessoa frequentava era:

Instituição de ensino do Sistema S - para o curso oferecido por qualquer instituição de ensino do Sistema S (como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP);

Centro de Referência da Assistência Social - para o curso oferecido por Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, que é uma unidade pública estatal descentralizada da política nacional de assistência social;

Instituição de ensino pública (federal, estadual ou municipal) - para o curso oferecido pela rede pública de ensino (federal, estadual ou municipal);

Instituição de ensino particular - para o curso oferecido pela rede privada de ensino, exceto o vinculado ao Sistema S ou aos descritos nos itens seguintes;

Empreendimento em que trabalhava - para o curso oferecido pelo empreendimento em que a pessoa trabalhava e realizado nas suas instalações;

Instituição beneficente ou filantrópica - para o curso oferecido por instituição beneficente ou filantrópica;

Sindicato ou cooperativa - para o curso oferecido por sindicato ou cooperativa;

Associação de moradores - para o curso oferecido por associação de moradores; ou

Outra - para o curso oferecido por outra instituição não incluída nos itens anteriores.

RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) QUE FREQUENTAVA

Para a pessoa que frequentava curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada), exceto para a que o cursava em CRAS ou instituição de ensino público, foi pesquisado o responsável pelo pagamento do curso, classificado em: própria pessoa ou algum parente; órgão do governo (federal, estadual ou municipal); empreendimento em que trabalhava; própria instituição; ou outro.

TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) QUE FREQUENTAVA

Pesquisou-se o tempo de duração (carga horária) do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que a pessoa frequentava classificado em: até 39 horas; 40 a 79 horas; 80 a 159 horas; 160 a 299 horas; 300 a 400 horas; ou 401 horas ou mais.

VINCULAÇÃO AO PRONATEC DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) QUE FREQUENTAVA

Foi investigado se o curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que a pessoa frequentava era oferecido pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

MEIO UTILIZADO PARA INSCRIÇÃO NO PRONATEC PARA O CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) QUE FREQUENTAVA

Para a pessoa que frequentava curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) oferecido pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC foi investigado o meio que utilizou para inscrição neste Programa: Assistência Social Municipal (CRAS ou Secretaria Municipal); Agência do SINE (Sistema Nacional de Emprego, coordenado e supervisionado pelo Ministério do Trabalho); Portal do PRONATEC na Internet; ou outro.

EXISTÊNCIA DE ALGUMA DIFICULDADE PARA FREQUENTAR O CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA)

Foi pesquisado se a pessoa enfrentava alguma dificuldade para frequentar o curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada).

DIFICULDADE PARA FREQUENTAR O CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA)

Para a pessoa enfrentava alguma dificuldade para frequentar o curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada), aquela que considerava como principal foi classificada em:

Dificuldade financeira - para a pessoa que enfrentava falta de recursos financeiros para frequentar o curso;

Dificuldade de acesso ao local do curso - para a pessoa enfrentava dificuldade de acesso ao local do curso por este ser longe do seu domicílio ou do seu trabalho;

Dificuldade de cumprir o horário do curso devido às atividades ou problemas domésticos - para a pessoa enfrentava dificuldade de cumprir o horário do curso devido às atividades domésticas ou por estar com problemas domésticos;

Dificuldade de cumprir o horário do curso devido ao trabalho ou outro impedimento - Para a pessoa que enfrentava dificuldade de conciliar horário do curso com o do trabalho ou com o de outro impedimento, distinto dos anteriores;

Falta de tempo para estudar devido às atividades ou problemas domésticos - para a pessoa enfrentava dificuldade de falta de tempo para estudar devido às atividades domésticas ou por estar com problemas domésticos;

Falta de tempo para estudar devido ao trabalho ou outro impedimento - para a pessoa enfrentava dificuldade de falta de tempo para estudar devido ao trabalho ou outro impedimento, distinto dos anteriores;

Dificuldade em acompanhar as aulas porque o curso é muito difícil - para a pessoa enfrentava dificuldade de acompanhar as aulas devido ao curso ser muito difícil;

Insatisfação devido ao nível do curso ser menor do que o esperado - para a pessoa cuja dificuldade que enfrentava era a insatisfação porque o nível do curso era menor do que esperado; ou

Outra - para a pessoa enfrentava dificuldade distinta das anteriormente descritas.

FREQUÊNCIA ANTERIORMENTE A CURSO DE QUALIFICAÇÃO

PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA)

Para a pessoa de 15 anos ou mais de idade, exceto para a que era estudante de curso de mestrado ou doutorado ou frequentou anteriormente curso de mestrado ou doutorado, foi pesquisado se frequentou anteriormente curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada).

ANO DE INÍCIO DO CURSO QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Para a pessoa que frequentou curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada), pesquisou-se o ano em que a pessoa iniciou este curso, classificado em: Até 2006, 2007 a 2010, 2011, 2012, 2013 ou 2014.

Para a pessoa que frequentou curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que teve início de 2011 a 2014, foram pesquisadas características relacionadas a este curso.

CLASSIFICAÇÃO DO CURSO QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) FREQUENTADO ANTERIORMENTE

O curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que a pessoa frequentou anteriormente, iniciado de 2011 a 2014, foi classificado de acordo com os eixos tecnológicos que estruturam a organização dos cursos de formação inicial e continuada: ambiente e saúde; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; produção alimentícia; produção cultural e *design*; produção industrial; recursos naturais; segurança; e turismo, hospitalidade e lazer.

No Anexo VIII, encontra-se a composição dos eixos tecnológicos dos cursos de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada).

MODALIDADE DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Foi pesquisado se o curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada), iniciado de 2011 a 2014, que a pessoa frequentou anteriormente era na modalidade presencial e ou a distância.

TURNO DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) QUE FREQUENTOU ANTERIORMENTE

Foi investigado se a realização das aulas do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada), iniciado de 2011 a 2014, que a pessoa frequentou anteriormente na modalidade presencial era:

Somente de manhã - quando o curso era realizado somente no turno da manhã (matutino);

Somente de tarde - quando o curso era realizado somente no turno da tarde (vespertino);

Somente de noite - quando o curso era realizado somente no turno da noite (noturno);

Parte de manhã e parte de tarde - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividade obrigatórias envolvendo o turno da manhã (matutino) e o turno da tarde (vespertino);

Parte de tarde e parte de noite - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividade obrigatórias envolvendo o turno da tarde (vespertino) e o da noite (noturno); ou

Parte de manhã e parte de noite - quando o curso era realizado em dois turnos, com aulas e atividade obrigatórias envolvendo o turno da manhã (matutino) e o da noite (noturno).

REDE DE ENSINO E TIPO DE INSTITUIÇÃO DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Foi investigado se a instituição do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada), iniciado de 2011 a 2014, que a pessoa frequentou anteriormente era:

Instituição de ensino do Sistema S - para o curso oferecido por qualquer instituição de ensino do Sistema S (como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem do

Comércio - SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP);

Centro de Referência da Assistência Social - para o curso oferecido por Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, que é uma unidade pública estatal descentralizada da política nacional de assistência social;

Instituição de ensino pública (federal, estadual ou municipal) - para o curso oferecido pela rede pública de ensino (federal, estadual ou municipal);

Instituição de ensino particular - para o curso oferecido pela rede privada de ensino, exceto o vinculado ao Sistema S ou aos descritos nos itens seguintes;

Empreendimento em que trabalhava - para o curso oferecido pelo empreendimento em que a pessoa trabalhava e realizado nas suas instalações;

Instituição beneficente ou filantrópica - para o curso oferecido por instituição beneficente ou filantrópica;

Sindicato ou cooperativa - para o curso oferecido por sindicato ou cooperativa;

Associação de moradores - para o curso oferecido por associação de moradores; ou

Outra - para o curso oferecido por outra instituição não incluída nos itens anteriores.

RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Para a pessoa que frequentou anteriormente curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada), exceto para a que o cursava em CRAS ou instituição de ensino público, iniciado de 2011 a 2014, foi pesquisado o responsável pelo pagamento do curso, classificado em: própria pessoa ou algum parente; órgão do governo (federal, estadual ou municipal); empreendimento em que trabalhava; própria instituição; ou outro.

VINCULAÇÃO AO PRONATEC DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Foi investigado se o curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que a pessoa frequentou anteriormente, iniciado de 2011 a 2014, era oferecido pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

MEIO UTILIZADO PARA INSCRIÇÃO NO PRONATEC PARA O CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Para a pessoa que frequentou anteriormente curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada), iniciado de 2011 a 2014, oferecido pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, foi investigado o meio que utilizou para inscrição neste Programa: Assistência Social Municipal (CRAS ou Secretaria Municipal); Agência do SINE (Sistema Nacional de Emprego, coordenado e supervisionado pelo Ministério do Trabalho); Portal do PRONATEC na Internet; ou outro.

CONCLUSÃO DO CURSO QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Foi pesquisado se o curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que a pessoa frequentou anteriormente, iniciado de 2011 a 2014, foi concluído, com aprovação.

MOTIVO DE NÃO TER CONCLUÍDO O CURSO QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) FREQUENTADO ANTERIORMENTE

Para a pessoa que não concluiu o curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que frequentou anteriormente, iniciado de 2011 a 2014, o motivo que considerava como principal para não o ter concluído foi classificado em:

Ter conseguido trabalho na área do curso - para a pessoa que não concluiu o curso por ter conseguido trabalho na área do curso;

Ter conseguido trabalho em outra área - para a pessoa que não concluiu o curso por ter conseguido trabalho em área distinta daquela do curso;

Dificuldade financeira - para a pessoa que não concluiu o curso por falta de recursos financeiros;

Dificuldade de acesso ao local do curso - para a pessoa que não concluiu o curso por este estar em local que era longe do seu domicílio ou do seu trabalho;

Dificuldade de cumprir o horário do curso devido às atividades ou problemas domésticos - para a pessoa que não concluiu o curso devido às atividades domésticas ou por problemas domésticos;

Dificuldade de cumprir o horário do curso devido às atividades ou problemas domésticos - para a pessoa que não concluiu o curso devido à dificuldade de conciliar o horário do curso com o do trabalho ou com o de outro impedimento, distinto dos anteriores;

Falta de tempo para estudar devido às atividades ou problemas domésticos - para a pessoa que não concluiu o curso por falta de tempo para estudar devido às atividades domésticas ou por problemas domésticos;

Falta de tempo para estudar devido ao trabalho ou outro impedimento - para a pessoa que não concluiu o curso por falta de tempo para estudar devido ao trabalho ou outro impedimento distinto dos anteriores;

Dificuldade em acompanhar as aulas porque o curso por ser muito difícil - para a pessoa que não concluiu o curso devido a ter dificuldade de acompanhar as aulas porque o curso era muito difícil;

Falta de motivação porque o curso não trazia o conhecimento que esperava - para a pessoa que não concluiu o curso por falta de motivação devido ao curso não trazer o conhecimento que esperava;

Problema de saúde ou deficiência (física ou mental) da própria pessoa - para a pessoa que não concluiu o curso por ter problema de saúde ou deficiência (física ou mental); ou

Outro - para a pessoa que não concluiu o curso por motivo distinto dos anteriormente descritos.

EXERCÍCIO DE TRABALHO NA ÁREA DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) CONCLUÍDO

Foi investigado se a pessoa trabalhava na área do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada), iniciado de 2011 a 2014, que concluiu e, para a que não trabalhava, se anteriormente já havia trabalhado na área deste curso.

MOTIVO DE TER CONSEGUIDO TRABALHO NA ÁREA DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) CONCLUÍDO

Para a pessoa que trabalhava ou trabalhou na área do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada), iniciado de 2011 a 2014, que concluiu, o motivo que considerava como mais importante para ter conseguido esse trabalho foi classificado em: diploma do curso; conteúdo do curso; estágio do curso; orientação para abertura do próprio negócio; orientação para encontrar trabalho na área em que se qualificou; outro.

ENCAMINHAMENTO OFERECIDO PELA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARA CONSEGUIR TRABALHO NA ÁREA DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) CONCLUÍDO

Para a pessoa que frequentou curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada), iniciado de 2011 a 2014, e trabalhava ou trabalhou na área deste curso que concluiu, foi pesquisado se a instituição em que frequentou este curso oferecia algum encaminhamento que ajudasse a conseguir trabalho. No caso em que a instituição oferecia algum o encaminhamento, aquele que a pessoa considerava como principal foi classificado em: entidade que intermediava vagas e estágios; Sistema Nacional do Emprego - SINE; diretamente para processos seletivos de empresas; entidade de apoio ao microempreendedor; outro.

MOTIVO DE NUNCA TER TRABALHO NA ÁREA DO CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) CONCLUÍDO

O motivo que a pessoa considerava como principal para nunca ter trabalhado na área do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada), iniciado de 2011 a 2014, que concluiu, foi classificado em: falta de vaga para trabalhar na área do curso; curso não preparou bem para o trabalho; exigência de experiência na área; não ter conseguido formar o próprio negócio na área; falta de aceitação do diploma; ter conseguido emprego em outra área; continuar os estudos; falta de interesse em trabalhar na área; problema doméstico; problema de

saúde ou deficiência (física ou mental) da própria pessoa; outro.

AVALIAÇÃO DA UTILIDADE DO CURSO PARA A VIDA PROFISSIONAL OU PESSOAL

Para a pessoa que nunca trabalhou na área do curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada), iniciado de 2011 a 2014, que concluiu, foi investigado se o considerava de utilidade para a vida profissional ou pessoal, apesar de nunca ter trabalhado na área do curso.

MOTIVO DE CONSIDERAR O CURSO ÚTIL PARA A VIDA PROFISSIONAL OU PESSOAL

Para a pessoa que considerava que o curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada), iniciado de 2011 a 2014, que concluiu foi útil para a vida profissional ou pessoal, apesar de nunca ter trabalhado na área desse curso, o motivo pelo qual considerava que havia sido útil foi classificado em: por ter continuado a estudar para ter ainda mais qualificação; por ter conseguido trabalho em outra área por meio de pessoa conhecida no curso; por ter conseguido emprego, ainda que em outra área, por meio do Sistema Nacional de Emprego - SINE; por ter permitido promoção ou melhoria no trabalho, ainda que fora da área do curso; por ter adquirido novos conhecimentos, habilidades ou competências profissionais; ou outro.

INTERESSE EM FAZER ALGUM CURSO QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) AINDA NÃO FEITO

Para a pessoa de 15 anos ou mais de idade, exceto as que eram estudantes de curso de mestrado ou doutorado ou que frequentaram anteriormente curso de mestrado ou doutorado, foi pesquisado se tinha interesse em fazer algum curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) que ainda não tinha feito.

MOTIVO DE AINDA NÃO TER FEITO O CURSO QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (OU DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA) DESEJADO

Para a pessoa de 15 anos ou mais de idade, exceto as que eram estudantes de curso de mestrado ou doutorado ou que frequentaram anteriormente curso de mestrado ou doutorado, que tinha interesse, mas

ainda não fez o curso de qualificação profissional (ou de formação inicial e continuada) desejado, o motivo pelo qual ainda não o fez foi classificado em: não existe curso de educação profissional na localidade; falta de vaga no curso existente na localidade; o curso desejado não é um dos existentes na localidade; não tem condição de pagar o curso; não há vaga para trabalhar na área do curso na localidade; não ter ainda o nível de instrução necessário para o curso; dificuldade em conciliar com o trabalho que exerce; dificuldade em conciliar com as atividades domésticas; falta decidir sobre a área do curso a fazer; outro.

PLANO DE AMOSTRAGEM

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; e unidades terciárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

Na seleção das unidades primárias e secundárias (municípios e setores censitários) da PNAD da segunda década deste século, foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes na data de referência do Censo Demográfico 2010 e utilizadas para a sua realização.

Para a investigação dos temas suplementares da PNAD é utilizado esse Plano de Amostragem básico sem qualquer adaptação que considere os propósitos específicos dos temas suplementares e de determinadas características de populações pequenas em números absolutos ou concentradas geograficamente.

PROCESSO DE SELEÇÃO DA AMOSTRA

No primeiro estágio, as unidades (municípios) foram classificadas em duas categorias: autorrepresentativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não autorrepresentativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico 2010.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico 2010 como medida de tamanho.

No terceiro estágio foram selecionados, com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra, as unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos) para investigação das características dos moradores e da habitação.

Em 2004, a inclusão das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá foi efetivada segundo uma metodologia que partiu dos municípios já selecionados no primeiro estágio do processo de seleção. Os setores rurais foram selecionados da mesma forma que os setores urbanos e mantendo a mesma fração de amostragem utilizada

para os urbanos. Como para alguns municípios a aplicação direta dessa fração de amostragem resultaria em uma enorme quantidade de unidades domiciliares a serem entrevistadas sem o benefício equivalente no nível de precisão das estimativas, foram adotados fatores de subamostragem variados para esses municípios.-

Para a PNAD da década 2010, a seleção da amostra de Rondônia, Amazonas Roraima, Pará e Amapá seguiu a mesma metodologia adotada para as demais Unidades da Federação.

CADASTRO DE UNIDADES DOMICILIARES

Anualmente, com a finalidade de manter atualizado o cadastro básico de unidades domiciliares e, desta forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, realiza-se, em todos os setores da amostra, a operação de listagem, que consiste em relacionar, ordenadamente, todas as unidades residenciais e não residenciais existentes na área.

A partir de 2011, em lugar da operação de listagem realizada especificamente para a PNAD, passou-se a utilizar o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos, que atualiza as informações dos setores censitários para atender a todas as pesquisas domiciliares.

No Anexo VI, apresentam-se as frações de amostragem e o número de municípios, de setores censitários e de unidades domiciliares selecionados e de pessoas pesquisadas nas diversas áreas em 2014.

PROCESSO DE EXPANSÃO DA AMOSTRA

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa).

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria a área rural. A partir de 2004, a pesquisa passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, de 2004 a 2009, unicamente para Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra. A partir de 2011, a expansão amostra dessas seis Unidades da Federação seguiu o mesmo procedimento adotado para as

demais Unidades da Federação.

Cabe ressaltar que o desenho amostral da pesquisa visou a possibilitar a expansão dos seus resultados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre). Portanto, não está garantida a representatividade da amostra para níveis geográficos menores (município, distrito e setor) e demais regiões metropolitanas, sendo que o estudo da viabilidade de obtenção de estimativas para alguns deles requer o uso de técnicas especiais e informações que não constam nestes microdados. Considerando, ainda, a necessidade de preservar o sigilo das informações individuais, os registros foram tratados de forma a impedir a identificação das áreas correspondentes aos dados obtidos para níveis geográficos menores que Unidade da Federação e regiões metropolitanas que não sejam as nove para as quais foi garantida a representatividade da amostra.

PRECISÃO DAS ESTIMATIVAS

Com o objetivo de fornecer mais subsídios para a interpretação dos resultados da PNAD, são apresentadas, a seguir, algumas considerações que possibilitam avaliar o grau de confiabilidade das estimativas constantes neste volume.

Em pesquisas de múltiplos propósitos e de grande abrangência em termos de extensão territorial, como é o caso da PNAD, torna-se praticamente impossível isolar os erros provenientes das diversas fontes que influem nos resultados finais. Tais erros podem advir de flutuações aleatórias (erros de amostragem) ou ter origem não probabilística (erros alheios à amostragem), sendo que, estes últimos, podem ser introduzidos em qualquer uma das fases de realização da pesquisa.

Os erros alheios à amostragem não são influenciados pelo desenho da amostra e a sua mensuração, quando possível, exige análises mais complexas e de custo elevado, com maior demora na obtenção de resultados do que para os erros de amostragem.

Tendo em vista o processo de expansão adotado para a PNAD, cumpre destacar que o grau de precisão está fortemente ligado ao das hipóteses feitas para as taxas de fecundidade, mortalidade e migração. O cálculo do erro de amostragem deveria, portanto, levar em conta duas fontes de variação:

- 1ª - O erro de amostragem proveniente da seleção das unidades domiciliares para a amostra; e
- 2ª - O erro proveniente do modelo matemático empregado para

projetar a população.

Os resultados que podem ser obtidos com os microdados referem-se, apenas, aos erros de amostragem.

REFERÊNCIAS

ACESSO à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 262 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet/default.shtm>> . Acesso em: out.2016.

ACESSO à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 217 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2008/default.shtm>> . Acesso em: out.2016.

ACESSO à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 83 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2013/default.shtm>> . Acesso em: out.2016.

ASPECTOS complementares da educação de jovens e adultos e educação profissional 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 184 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/suplementos/jovens/default.shtm>> . Acesso em fev.2017

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 01 jul. 1996. Seção 1, p. 11 854. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>> . Acesso em: out. 2016.

_____. Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. Institui o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jul. 2001. Seção 1, p. 68. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>> . Acesso em: out. 2016.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 141, n.142, 26 jul. 2004. Seção 1, p.18. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>> . Acesso em: fev. 2017.

_____. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 142, n. 243, 20 dez. 2005. Seção 1, p. 1-4. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: fev. 2017.

_____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 143, n. 134, 14 jul. 2006. Seção 1, p. 7. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: fev. 2017.

_____. Decreto nº 6.135, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 jun. 2007. Seção 1, p. 3. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Decreto nº 8.166, de 23 de dezembro de 2013. Regulamenta a lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 150, n. 249, Seção 1, p.1. 24 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2016.

_____. [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 34, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833-27841. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: fev. 2017.

_____. [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#). Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: out. 2016.

_____. [Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002](#). Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 abr. 2002. Seção 1, p. 2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 143, n. 27, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2016.

_____. [Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008](#). Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 143, n. 27, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: fev. 2017.

_____. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jul. 2009. Seção 1, p. 2. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; altera as Leis nºs 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 jan. 2010. Seção 1, p.1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao

Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 140, n. 207, 27 out. 2011. Seção 1, p.1-3. Disponível em:
<<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 dez. 2008. Seção 1, p.1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: abr. 2016. <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: fev. 2017.

_____. Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 nov. 2011. Seção 1, p.1. Disponível em:
<<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Ministério da Educação. *Catálogo dos cursos técnicos*: edição 2012. 2. ed. Brasília, DF: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, [2012?]. 178 p. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41291-catalogo-nacional-versao2012-pdf-1&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: fev. 2017.

_____. Ministério da Educação. *Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia 2010*. 2. ed. Brasília, DF, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, [2010?]. 141 p. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41281-catalogo-cursos-superiores-2010-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: fev. 2017.

_____. Ministério da Educação. *Guia Pronatec de cursos FIC*. 3. ed. Brasília, DF, 2013. 119 p. Aprovado pela Portaria n. 899, de 20.09.2013. Disponível em:
<http://pronatec.mec.gov.br/fic/pdf/2013_guia_cursosfic_port_899.pdf>. Acesso em: fev. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. *Benefícios Assistenciais*. Brasília, DF, 2015. Disponível em:
<<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais>>. Acesso em: fev. 2017.

CANCEIS user's guide. Canadian census edit and imputation system. Version 4.5. Ottawa: Statistics Canada - StatCan, Social Survey Methods Division, 2007.

CENTRO de estudos sobre tecnologias da informação e da comunicação. cetic.br. São Paulo, SP, [2014]. Disponível em:

<<http://www.cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-no-brasil-tic-domicilios-e-empresas-2013>>.

Acesso em: out. 2016.

CLASIFICACIÓN industrial internacional uniforme de todas las actividades económicas - CIIU. Rev. 3. Nueva York: Naciones Unidas, Departamento de Asuntos Económicos y Sociales Internacionales, Oficina de Estadística, 1990. 212 p. (Informes estadísticos. Serie M, n. 4). Disponível em:

<<http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=2&Lg=3>>.

Acesso em: abr. 2016.

CLASIFICACIÓN internacional uniforme de ocupaciones - CIUO-88. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo - OIT. Disponível em:

<<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/stat/isco/isco88/index.htm>>.

Acesso em: out. 2016.

CLASSIFICAÇÃO brasileira de ocupações - CBO. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002a. Disponível em:

<<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/downloads.jsf>>. Acesso em: out. 2016.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE. Rio de Janeiro: IBGE, 2002b. 344 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1358.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas domiciliar - CNAE-Domiciliar. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em:

<<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas>>. Acesso em: out. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução n. 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 139, n. 247, 23 dez. 2002. Seção 1, p. 162-163. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>>. Acesso em: fev. 2017.

CORE ICT indicators 2010. Geneva: International Telecommunication Union - ITU, 2010. 94 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em:

<http://www.uis.unesco.org/Communication/Documents/Core_ICT_Indicators_2010.pdf>. Acesso em: fev 2016.

ESTIMATIVAS da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 8 p. Nota metodológica. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/nota_metodologica_2014.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

FRAMEWORK for a set of e-government core indicators. Addis Ababa: United Nations Economic Commission for Africa - ECA, 2011. 41 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em:

<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/coreindicators/Framework_for_a_set_of_E-Government_Core_Final_rev1.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

GARCIA-RUBIO, E.; VILLÁN CRIADO, I. Dia: descripción del sistema. In: _____. *Sistema DIA: sistema de detección e imputación automática de errores para datos cualitativos*. Madrid: Instituto Nacional de Estadística, 1988. v. 1.

HECKMAN, J. J.; LALONDE, R. J.; SMITH, J. A. The economics and econometrics of active labor market programs. In: ASHENFELTER, O.; CARD, D. (Ed.). *Handbook of labor economics*. Amsterdam: Elsevier, 1999. v. 3A, p. 1865-2097.

INDICADORES clave sobre TIC, 2010. Geneva: International Telecommunication Union - ITU, 2010. 100 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em:

<<http://www.cepal.org/socinfo/noticias/documentosdetrabajo/4/39964/CoreICT.pdf>>. Acesso em: abr. 2016.

INTERNATIONAL standard classification of occupations - ISCO-88. Geneva: International Labour Organization, 1990. Disponível em:

<<http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/isco88/index.htm>>. Acesso em: out. 2016.

INTERNATIONAL standard industrial classification of all economic activities - ISIC. Rev. 3. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 1990. Disponível em:

<<http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=2>>. Acesso em: out. 2016.

MANUAL for measuring ICT access and use by households and individuals. Geneva:International Telecommunication Union - ITU, 2014. 207 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ITCMEAS-2014-PDF-E.pdf>. Acesso em: out. 2015.

METHODS for projections of urban and rural population. New York: United Nations, 1974. 125 p. (Manuals on methods of estimating population, 8). Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/techcoop/PopProj/manual8/manual8.html>>. Acesso em: out. 2015.

METODOLOGIA das estimativas das populações residentes nos municípios brasileiros para 1º de julho de 2008: uma abordagem demográfica para estimar o padrão histórico e os níveis de subenumeração de pessoas nos censos demográficos e contagens de população. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, 28p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/metodologia.pdf>>. Acesso em: fev. 2017.

MOBILIDADE social 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 2v. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=282813>>. Acesso em: out.2016

OBJETIVOS de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100408_relatorioodm.pdf>. Acesso em: fev. de 2016.

OBSERVATORIO para la sociedad de la información en Latinoamérica y el Caribe - Osilac. In: Qué es OSILAC?. Disponível em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/socinfo/noticias/paginas/5/44765/P44765.xml&xsl=/socinfo/tpl/p18f-st.xsl&base=/socinfo/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: abr. 2016.

Participação político-social 1988: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v.3. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios 1982. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. v.6, t.1. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_1982_v6_t1_br.pdf>. Acesso em: out. 2016.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios 2014. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. Tabelas de resultados. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default_brasil.shtm> . Acesso em: fev. 2017.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 263 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31647.pdf>> . Acesso em: fev. 2017.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 213 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42672.pdf>> . Acesso em: fev. 2017.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2014. Rio de Janeiro: 95 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default_sintese.shtm> . Acesso em: fev. 2017.

PROJEÇÕES da população: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 41 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2013/srm40_projecao_da_populacao.pdf> . Acesso em: fev. 2017.

RESOLUÇÃO CNE/CP 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>> . Acesso em: fev. 2017.

RESOLUÇÃO CNE/CEB 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>> . Acesso em: fev. 2017.

VILLÁN CRIADO, I.; BRAVO CABRIA, M. S. *Procedimiento de depuración de datos estadísticos*. Vitoria-Gasteiz: Eustat [Instituto Vasco de Estadística], 1990. 169 p. Disponível em:

<<http://www.eustat.es/productosServicios/datos/vol0020.pdf>> . Acesso em: abr. 2016.

TIC DOMICÍLIOS e empresas 2013: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil. São Paulo: Comitê Gestor da

Internet no Brasil - CGI.br, 2014. 658 p. Publicação bilíngue. Disponível em:

<http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Domicilios_2014_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

WSIS THEMATIC MEETING ON MEASURING THE INFORMATION SOCIETY, 2005, Geneva. Final conclusions. Geneva: World Summit on the Information Society - WSIS, 2005. 10 p. Disponível em:

<<https://www.itu.int/wsis/docs2/thematic/unctad/finalconclusions.PDF>>. Acesso em: abr. 2016.